Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 6

Demonstração do Resultado 9

Demonstração do Fluxo de Caixa 11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 13

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 14

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 15

Demonstração do Valor Adicionado 16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 18

Balanço Patrimonial Passivo 19

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 21

Demonstração do Fluxo de Caixa 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 24

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 25

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 26

Demonstração do Valor Adicionado 27

Relatório da Administração 28

Notas Explicativas 33

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 141

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 146

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 148

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 150

Índice

Motivos de Reapresentação 152

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.822.120
Preferenciais	67.822.120
Total	135.644.240
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1.630.071
Total	1.630.071

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	13/04/2011	Ordinária		0,14000
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	13/04/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14000
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	13/07/2011	Ordinária		0,15000
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	13/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,15000
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	13/10/2011	Ordinária		0,15000
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	13/10/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,15000
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	11/01/2012	Ordinária		0,16000
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	11/01/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,16000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	10.499.984	9.807.438	7.376.451
1.01	Ativo Circulante	7.226.247	6.563.398	5.221.670
1.01.01	Disponibilidades	21.201	21.529	8.031
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.042.344	878.837	508.103
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	403.157	458.025	111.000
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	517.130	326.357	198.071
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	122.057	94.455	199.032
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.009.909	865.759	917.523
1.01.03.01	Carteira própria	775.165	626.996	782.278
1.01.03.03	Vinculados a prestação de garantias	140.568	146.904	108.834
1.01.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	94.176	91.859	26.411
1.01.04	Relações Interfinanceiras	106.550	80.859	68.047
1.01.04.01	Créditos vinculados - dep. Banco Central	52.965	48.664	39.612
1.01.04.03	Repasses interfinanceiros	53.585	32.195	28.435
1.01.06	Operações de Crédito	4.359.958	4.082.746	3.171.722
1.01.06.01	Setor público	0	1.669	1.748
1.01.06.02	Setor privado	4.436.128	4.146.919	3.243.943
1.01.06.03	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-76.170	-65.842	-73.969
1.01.08	Outros Créditos	667.789	631.113	540.842
1.01.08.01	Carteira de câmbio	500.266	470.754	422.074
1.01.08.02	Rendas a receber	7.731	5.682	4.953
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	23.092	21.035	10.523
1.01.08.04	Creditos por avais e fianças honrados	881	0	395
1.01.08.05	Diversos	149.136	147.625	113.360
1.01.08.06	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-13.317	-13.983	-10.463
1.01.09	Outros Valores e Bens	18.496	2.555	7.402
1.01.09.01	Despesas antecipadas	1.136	75	2.081
1.01.09.02	Outros valores e bens	17.360	2.480	5.321
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.123.876	3.108.804	2.107.832

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	6.964	0
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	0	6.964	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	298.682	110.781	101.821
1.02.02.01	Carteira própria	181.330	83.839	100.995
1.02.02.02	Vinculados a prestação de garantias	18.517	18.127	0
1.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	98.835	8.815	826
1.02.05	Operações de Crédito	2.765.890	2.957.861	1.926.927
1.02.05.01	Setor público	940	834	2.614
1.02.05.02	Setor privado	2.802.902	2.991.836	1.957.029
1.02.05.03	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-37.952	-34.809	-32.716
1.02.07	Outros Créditos	54.627	31.762	73.619
1.02.07.02	Rendas a receber	1.068	795	562
1.02.07.03	Negociação e intermediação de valores	93	0	0
1.02.07.04	Diversos	59.149	40.275	83.098
1.02.07.05	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-5.683	-9.308	-10.041
1.02.08	Outros Valores e Bens	4.677	1.436	5.465
1.02.08.01	Despesas antecipadas	3.241	0	4.029
1.02.08.03	Investimentos temporários	1.436	1.436	1.436
1.03	Ativo Permanente	149.861	135.236	46.949
1.03.01	Investimentos	129.696	119.304	31.702
1.03.01.02	Participações em Controladas	129.302	118.910	31.313
1.03.01.04	Outros Investimentos	394	394	389
1.03.02	Imobilizado de Uso	15.044	11.126	10.679
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	23.327	17.335	15.246
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-8.283	-6.209	-4.567
1.03.04	Intangível	4.626	3.916	3.129
1.03.04.01	Ativos intangíveis	11.057	8.424	6.361
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	-6.431	-4.508	-3.232
1.03.05	Diferido	495	890	1.439

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.03.05.01	Gastos de organização e expansão	4.390	4.390	4.390
1.03.05.02	Amortizações acumuladas	-3.895	-3.500	-2.951

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	10.499.984	9.807.438	7.376.451
2.01	Passivo Circulante	6.546.252	5.716.563	4.552.551
2.01.01	Depósitos	2.859.640	2.139.858	2.352.857
2.01.01.01	Depósitos a vista	189.496	183.394	168.676
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	675.247	361.281	450.920
2.01.01.03	Depósitos a prazo	1.994.897	1.595.166	1.732.738
2.01.01.04	Outros depósitos	0	17	523
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	861.220	747.819	493.456
2.01.03.02	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	861.220	747.819	493.456
2.01.04	Relações Interfinanceiras	0	5	0
2.01.05	Relações Interdependências	25.066	37.651	8.633
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	25.066	37.651	8.633
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.415.125	1.293.808	966.474
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	1.415.125	1.293.808	966.474
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	912.364	1.033.904	463.830
2.01.07.01	BNDES	600.772	765.073	298.457
2.01.07.02	FINAME	267.027	263.799	165.373
2.01.07.03	Outras instituições	44.565	5.032	0
2.01.09	Outras Obrigações	472.837	463.518	267.301
2.01.09.01	Carteira de câmbio	64.368	123.105	61.614
2.01.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	89.319	78.512	22.392
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	28.820	16.074	15.111
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	219.327	172.072	129.296
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	715	15.478	832
2.01.09.06	Cobrança e arrecad. de trib. e assemelh.	3.140	1.459	1.912
2.01.09.07	Dívidas subordinadas	10.094	8.966	0
2.01.09.08	Diversas	57.054	47.852	36.144
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.432.280	2.723.317	1.586.768
2.02.01	Depósitos	456.386	796.653	677.785

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.01	Depósitos a prazo	212.623	579.674	578.207
2.02.01.02	Depósitos interfinanceiros	243.763	216.979	99.578
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	70.410	8.371	8.343
2.02.03.01	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	70.410	8.371	8.343
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	5.688	51.582	82.009
2.02.06.01	Empréstimos no exterior	5.688	51.582	82.009
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.269.129	1.352.830	804.405
2.02.07.01	BNDES	566.255	897.808	497.449
2.02.07.02	FINAME	701.224	450.022	306.956
2.02.07.03	Outras instituições	1.650	5.000	0
2.02.09	Outras Obrigações	630.667	513.881	14.226
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	3.887	19.483	924
2.02.09.02	Sociais e estatutárias	0	315	314
2.02.09.03	Fiscais e previdenciárias	25.192	11.310	4.112
2.02.09.04	Negociação e intermediação de valores	0	2.625	0
2.02.09.05	Dívidas subordinadas	600.170	479.393	6.163
2.02.09.06	Diversas	1.418	755	2.713
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	21.846	19.640	18.691
2.05	Patrimônio Líquido	1.499.606	1.347.918	1.218.441
2.05.01	Capital Social Realizado	1.004.400	1.004.400	1.004.400
2.05.01.01	De domiciliados no País	441.936	441.936	441.936
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	562.464	562.464	562.464
2.05.02	Reservas de Capital	671	671	671
2.05.04	Reservas de Lucro	494.213	342.870	213.249
2.05.04.01	Legal	63.382	51.580	41.469
2.05.04.02	Estatutária	441.828	298.148	178.638
2.05.04.02.01	Equalização de dividendos	386.828	228.148	178.638
2.05.04.02.02	Recompra de ações da própria cia	55.000	70.000	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-10.997	-6.858	-6.858

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-10.997	-6.858	-6.858
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	322	-23	121
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	322	-23	121

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.213.536	923.496	732.556
3.01.01	Operações de crédito	917.426	747.574	547.672
3.01.02	Resultado de oper. c/ tits. e vls. mob.	217.077	165.647	161.423
3.01.03	Resultado c/ instr. financ. derivativos	155.889	-26.318	-73.598
3.01.04	Resultado de opers. de câmbio	-76.856	36.593	97.059
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-749.558	-512.448	-377.715
3.02.01	Operações de captação no mercado	-539.025	-333.384	-286.211
3.02.02	Operações de emprest. e repasses	-158.109	-134.627	-38.378
3.02.03	Prov p/ cred liq duvidosa	-51.722	-44.579	-54.391
3.02.04	Prov p/ cred liq duvidosa vc sobre cambio	-702	142	1.265
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	463.978	411.048	354.841
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-64.550	-67.076	-139.025
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	125.365	108.148	59.652
3.04.02	Despesas de Pessoal	-113.692	-91.726	-77.569
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-64.865	-57.667	-55.195
3.04.04	Despesas Tributárias	-39.767	-33.781	-5.146
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	27.029	12.212	67.319
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-9.013	-11.860	-132.670
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	10.393	7.598	4.584
3.05	Resultado Operacional	399.428	343.972	215.816
3.06	Resultado Não Operacional	-5.980	-2.426	-3.309
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	393.448	341.546	212.507
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-88.013	-74.221	-19.289
3.08.01	Provisão p/ imposto de renda	-67.035	-42.500	-10.545
3.08.02	Provisão p/ contribuição social	-41.039	-26.287	-6.613
3.08.03	Ativo fiscal diferido	20.061	-5.434	-2.131
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-69.398	-65.101	-42.064
3.10.01	Participações	-69.398	-65.101	-42.064
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	236.037	202.224	151.154

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)	1,76129	1,50407	1,12423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-143.569	-1.259.330	-621.210
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	295.320	249.085	237.511
6.01.01.01	Lucro líquido	236.037	202.224	151.154
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	4.837	3.542	2.810
6.01.01.03	Resultado de participações em controladas	-10.393	-7.598	-4.584
6.01.01.04	Resultado na alienação de bens não de uso	-240	817	2.094
6.01.01.05	Provisão para desvalorização de bens não de uso	6.404	1.609	1.196
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52.424	44.579	54.391
6.01.01.07	Provisão para passivos contingentes	5.906	4.056	24.735
6.01.01.08	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	345	-144	5.715
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-438.889	-1.508.415	-858.721
6.01.02.01	Aplicações interfinanc. de liquidez	16.777	-230.250	-170.530
6.01.02.02	TVM e instr. financ. deriv-ativo/passivo	-336.840	117.484	255.662
6.01.02.03	Operações de créditos	-137.665	-1.986.538	-907.058
6.01.02.04	Outros creditos e valores e bens	-70.074	-43.411	194.800
6.01.02.05	Relações interfinanceiras-ativo/passivo	-25.696	-12.807	-49.155
6.01.02.06	Relações interdependencias	-12.586	29.019	-54.925
6.01.02.07	Outras obrigações	124.989	617.138	-137.634
6.01.02.08	Resultado de exerc. futuros	2.206	950	10.119
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.881	-82.785	-12.695
6.02.01	Alienação de bens não de uso próprio	2.676	8.207	4.183
6.02.02	Alienação de investimentos	0	0	407
6.02.03	Alienação de imobilizado de uso e intangível	52	507	340
6.02.04	Aquisição de bens não de uso próprio	-17.486	-6.760	-7.207
6.02.05	Aquisição de investimentos	0	-5	0
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso e intangivel	-9.123	-4.734	-10.418
6.02.08	Aumento de capital em controladas	0	-80.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	340.442	1.503.062	66.945
6.03.01	Depósitos	379.515	-94.131	528.206

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.03.03	Obrigações p/ emprest. e repasses	-129.820	1.415.406	-562.330
6.03.04	Recursos de aceites e emissão de tits.	175.441	254.390	169.809
6.03.05	Ações em tesouraria	-4.139	0	-169
6.03.06	Juros s/ o capital próprio	-80.555	-72.603	-68.571
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	172.992	160.947	-566.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	479.010	318.063	885.023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	652.002	479.010	318.063

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.004.400	671	0	342.870	0	-23	1.347.918
5.03	Saldo Ajustado	1.004.400	671	0	342.870	0	-23	1.347.918
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	236.037	0	236.037
5.05	Destinações	0	0	0	155.482	-236.037	0	-80.555
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-80.555	0	-80.555
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	155.482	-155.482	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	11.802	-11.802	0	0
5.05.03.02	Reserva para equalização de dividendos	0	0	0	143.680	-143.680	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	345	345
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	345	345
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-4.139	0	0	-4.139
5.13	Saldo Final	1.004.400	671	0	494.213	0	322	1.499.606

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.004.400	671	0	213.249	0	121	1.218.441
5.03	Saldo Ajustado	1.004.400	671	0	213.249	0	121	1.218.441
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	202.224	0	202.224
5.05	Destinações	0	0	0	129.621	-202.224	0	-72.603
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-72.603	0	-72.603
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	129.621	-129.621	0	0
5.05.03.01	Reserva legal	0	0	0	10.111	-10.111	0	0
5.05.03.02	Reserva para equalização de dividendos	0	0	0	49.510	-49.510	0	0
5.05.03.03	Reserva para recompra de ações	0	0	0	70.000	-70.000	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-144	-144
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-144	-144
5.13	Saldo Final	1.004.400	671	0	342.870	0	-23	1.347.918

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.004.400	671	0	130.835	0	-5.594	1.130.312
5.03	Saldo Ajustado	1.004.400	671	0	130.835	0	-5.594	1.130.312
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	151.154	0	151.154
5.05	Destinações	0	0	0	82.583	-151.154	0	-68.571
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-68.571	0	-68.571
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	82.583	-82.583	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	7.557	-7.557	0	0
5.05.03.02	Reserva para equalização de dividendos	0	0	0	75.026	-75.026	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	5.715	5.715
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	5.715	5.715
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-169	0	0	-169
5.13	Saldo Final	1.004.400	671	0	213.249	0	121	1.218.441

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	1.313.506	999.277	806.401
7.01.01	Intermediação Financeira	1.213.536	923.496	732.556
7.01.02	Prestação de Serviços	125.365	108.148	59.652
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-52.424	-44.579	-53.126
7.01.04	Outras	27.029	12.212	67.319
7.01.04.01	Outras receitas operacionais	27.029	12.212	67.319
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-697.134	-467.869	-324.589
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-67.013	-62.860	-182.329
7.03.02	Serviços de Terceiros	-5.899	-8.439	-12.092
7.03.04	Outros	-61.114	-54.421	-170.237
7.03.04.01	Outras despesas administrativas	-46.121	-40.135	-34.258
7.03.04.02	Outras despesas operacionais	-9.013	-11.860	-132.670
7.03.04.03	Despesas não operacionais	-5.980	-2.426	-3.309
7.04	Valor Adicionado Bruto	549.359	468.548	299.483
7.05	Retenções	-4.838	-3.542	-2.810
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.838	-3.542	-2.810
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	544.521	465.006	296.673
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.393	7.598	4.584
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.393	7.598	4.584
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	554.914	472.604	301.257
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	554.914	472.604	301.257
7.09.01	Pessoal	165.961	142.387	106.876
7.09.01.01	Remuneração Direta	74.407	60.019	50.484
7.09.01.02	Benefícios	16.393	12.693	10.279
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.763	4.574	4.049
7.09.01.04	Outros	69.398	65.101	42.064
7.09.01.04.01	Participações nos lucros	69.398	65.101	42.064
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	144.909	122.442	37.192
7.09.02.01	Federais	141.230	119.103	35.433

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.09.02.02	Estaduais	189	287	253
7.09.02.03	Municipais	3.490	3.052	1.506
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.007	5.551	6.035
7.09.03.01	Aluguéis	8.007	5.551	6.035
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	236.037	202.224	151.154
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	80.555	72.603	68.571
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	155.482	129.621	82.583

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	10.391.898	9.746.222	7.382.652
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.166	70.192	47.643
1.02	Aplicações Financeiras	2.348.589	1.938.875	1.500.675
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.348.589	1.938.875	1.500.675
1.02.01.01	Títulos para Negociação	92.715	88.371	213.629
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.153.309	905.124	798.785
1.02.01.04	Derivativos	108.978	100.674	27.237
1.02.01.05	Operações compromissadas	403.157	458.025	111.000
1.02.01.06	Depósitos em bancos privados	590.430	386.681	350.024
1.03	Empréstimos e Recebíveis	7.717.879	7.648.556	5.714.110
1.05	Outros Ativos	231.102	72.667	104.977
1.05.03	Outros	231.102	72.667	104.977
1.05.03.01	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	84.033	0	0
1.05.03.02	Outros ativos	147.069	72.667	104.977
1.07	Imobilizado	20.162	15.932	15.247

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	10.391.898	9.746.222	7.382.652
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	93.208	82.191	23.316
2.01.01	Derivativos	93.208	82.191	23.316
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	585.659	481.554	0
2.02.01	Dívida subordinada	585.659	481.554	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	7.899.366	7.470.724	5.860.429
2.03.01	Valor a pagar a bancos	3.593.555	2.933.283	3.494.963
2.03.02	Clientes	4.281.206	4.530.636	2.359.303
2.03.03	Dívida subordinada	24.605	6.805	6.163
2.06	Outros Passivos	274.049	325.952	243.115
2.06.01	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	0	15.804	0
2.06.02	Tributário	161.476	100.355	76.868
2.06.03	Outros	112.573	209.793	166.247
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.539.616	1.385.801	1.255.792
2.08.01	Capital Social Realizado	1.004.400	1.004.400	1.004.400
2.08.02	Reservas de Capital	-10.326	-6.187	-6.187
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-10.997	-6.858	-6.858
2.08.02.06	Reserva de capital	671	671	671
2.08.04	Reservas de Lucros	543.069	388.025	256.553
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	2.473	-437	1.026

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.310.997	1.091.244	1.199.324
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-856.965	-745.583	-903.441
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	454.032	345.661	295.883
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-124.717	-61.641	-122.889
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	125.364	108.148	59.652
3.04.02	Despesas de Pessoal	-183.354	-158.996	-119.824
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-62.804	-50.026	-47.040
3.04.03.01	Promoção de negocios	-5.944	-4.004	-1.678
3.04.03.02	Viagens	-5.803	-5.648	-4.626
3.04.03.03	Comunicações	-3.204	-2.705	-2.462
3.04.03.04	Instalações	-11.306	-8.694	-9.157
3.04.03.05	Depreciação e amortização	-4.882	-3.633	-2.901
3.04.03.06	Outras despesas	-31.665	-25.342	-26.216
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	90.855	110.358	88.978
3.04.05.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	181.278	103.227	42.485
3.04.05.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	-90.423	7.131	46.493
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-94.778	-71.125	-104.655
3.04.06.01	Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	-44.650	-32.118	-53.954
3.04.06.02	Outras despesas operacionais	-50.128	-39.007	-50.701
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	329.315	284.020	172.994
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-93.716	-79.945	-21.429
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	235.599	204.075	151.565
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	235.599	204.075	151.565
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	235.599	204.075	151.565
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,75800	1,51780	1,12730
3.99.01.02	PN	1,75800	1,51780	1,12730

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	235.599	204.075	151.565
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.910	-1.463	6.620
4.02.01	Ativos disponíveis para venda – ajuste ao valor de mercado	345	-145	5.716
4.02.02	Variação cambial sobre investimento no exterior	2.565	-1.318	904
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	238.509	202.612	158.185
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	238.509	202.612	158.185

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-144.043	-1.371.785	-584.972
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	288.041	238.363	215.039
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	235.599	204.075	151.565
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	4.882	3.633	2.901
6.01.01.03	Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	44.650	32.118	53.954
6.01.01.04	Ajuste a mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda	345	-145	5.715
6.01.01.05	Variação cambial sobre investimento no exterior	2.565	-1.318	904
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-432.084	-1.610.148	-800.011
6.01.02.01	Reserva no Banco Central do Brasil	-4.302	-9.051	-20.721
6.01.02.02	Operações compromissadas	82.471	-94.999	513.545
6.01.02.03	Depósitos em Bancos Privados	-58.031	-141.234	-661.509
6.01.02.04	Instrumentos financeiros mantidos para negociação	-4.344	125.258	-19.912
6.01.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	-97.124	1.242	8.048
6.01.02.06	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	-248.185	-106.339	247.219
6.01.02.07	Empréstimos e adiantamentos a clientes	-113.973	-1.966.564	-970.890
6.01.02.08	Outros ativos	-69.212	32.310	198.352
6.01.02.09	Dívida subordinada	121.905	482.196	589
6.01.02.10	Passivos tributários	55.931	23.487	-61.200
6.01.02.11	Outros passivos	-97.220	43.546	-33.532
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.113	-4.318	-10.169
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-9.122	-4.825	-10.509
6.02.02	Alienação de imobilizado e intangível	9	507	340
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	326.148	1.537.050	28.181
6.03.01	Valores a pagar a bancos	660.272	-561.680	-18.272
6.03.02	Valores a pagar a clientes	-249.430	2.171.333	115.193
6.03.03	Ações em tesouraria	-4.139	0	-169
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-80.555	-72.603	-68.571
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	172.992	160.947	-566.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	479.010	318.063	885.023

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	652.002	479.010	318.063

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.004.400	-6.187	388.025	0	-437	1.385.801	0	1.385.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.004.400	-6.187	388.025	0	-437	1.385.801	0	1.385.801
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.139	0	-80.555	0	-84.694	0	-84.694
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.139	0	0	0	-4.139	0	-4.139
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-80.555	0	-80.555	0	-80.555
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	235.599	2.910	238.509	0	238.509
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	235.599	0	235.599	0	235.599
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.910	2.910	0	2.910
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	345	345	0	345
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.565	2.565	0	2.565
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	155.044	-155.044	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	155.044	-155.044	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.004.400	-10.326	543.069	0	2.473	1.539.616	0	1.539.616

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.004.400	-6.187	256.553	0	1.026	1.255.792	0	1.255.792
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.004.400	-6.187	256.553	0	1.026	1.255.792	0	1.255.792
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-72.603	0	-72.603	0	-72.603
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-72.603	0	-72.603	0	-72.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	204.075	-1.463	202.612	0	202.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	204.075	0	204.075	0	204.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.463	-1.463	0	-1.463
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-145	-145	0	-145
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.318	-1.318	0	-1.318
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	131.472	-131.472	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	131.472	-131.472	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.004.400	-6.187	388.025	0	-437	1.385.801	0	1.385.801

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.004.400	-6.018	173.559	0	-5.594	1.166.347	0	1.166.347
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.004.400	-6.018	173.559	0	-5.594	1.166.347	0	1.166.347
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-169	0	-68.571	0	-68.740	0	-68.740
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-169	0	0	0	-169	0	-169
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-68.571	0	-68.571	0	-68.571
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	151.565	6.620	158.185	0	158.185
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	151.565	0	151.565	0	151.565
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.620	6.620	0	6.620
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.716	5.716	0	5.716
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	904	904	0	904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	82.994	-82.994	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	82.994	-82.994	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.004.400	-6.187	256.553	0	1.026	1.255.792	0	1.255.792

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	552.952	477.176	298.028
7.01.01	Intermediação Financeira	454.032	345.661	295.883
7.01.02	Prestação de Serviços	125.364	108.148	59.652
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-44.650	-32.118	-53.954
7.01.04	Outras	18.206	55.485	-3.553
7.01.04.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	181.278	103.227	42.485
7.01.04.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	-90.423	7.131	46.493
7.01.04.03	Outras despesas administrativas	-22.521	-15.866	-41.830
7.01.04.04	Outras despesas operacionais	-50.128	-39.007	-50.701
7.04	Valor Adicionado Bruto	552.952	477.176	298.028
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	552.952	477.176	298.028
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	552.952	477.176	298.028
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	552.952	477.176	298.028
7.09.01	Pessoal	166.180	144.495	107.012
7.09.01.01	Remuneração Direta	74.584	62.090	50.620
7.09.01.02	Benefícios	16.423	12.719	10.279
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.775	4.585	4.049
7.09.01.04	Outros	69.398	65.101	42.064
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	151.173	128.606	39.451
7.09.02.01	Federais	147.488	125.262	37.692
7.09.02.02	Estaduais	189	287	253
7.09.02.03	Municipais	3.496	3.057	1.506
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	235.599	204.075	151.565
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	80.555	72.603	68.571
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	155.044	131.472	82.994

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 do Banco ABC BRASIL S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

Somos um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte. Possuímos uma das mais diversificadas carteiras de clientes entre os bancos médios, que abrange empresas de médio a grande porte. Contamos com um amplo portfólio de produtos, ágil processo decisório e profunda expertise na análise de crédito, o que nos tem possibilitado auferir resultados consistentes com índices de perda notadamente baixos. Somos um dos únicos bancos brasileiros de porte médio a contar com controle internacional e autonomia local.

Construímos nos últimos 22 anos uma base de clientes sólida, oferecendo a eles produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas. Dessa maneira, acreditamos estar aptos a concorrer, com vantagens expressivas, no nicho de mercado em que atuamos.

O suporte operacional e financeiro do nosso acionista controlador, Arab Banking Corporation, em conjunto com o nosso conhecimento do mercado brasileiro nos garante a mais alta classificação de risco entre os bancos médios de capital aberto conferida pela Moody's Investors Services, equivalente a "Aa1.br" na escala nacional e "Baa.3" em escala global, e pela Fitch Ratings, Inc, equivalente a "AA-" na escala nacional e "BB+" em escala global.

O Banco ABC BRASIL S.A. está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte: ABC (BSC): 57,25%; Mercado: 33,41%; Administradores e Conselheiros: 8,14% e Tesouraria: 1,20%.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R$ 236,0 milhões no ano de 2011 (R$ 202,2 milhões em 2010 e R$ 151,2 milhões em 2009), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio médio de 16,6% no período (15,8% em 2010 e 12,1% em 2009).

O crescimento do lucro líquido do banco no ano de 2011 em relação ao ano anterior decorreu principalmente do crescimento da margem financeira em 20,5%

Relatório da Administração

no período, juntamente com a expansão de 15,9% das receitas de prestação de serviços.

Foi destinado aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R$ 80,6 milhões, o que representa um valor bruto de R$ 0,60 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observada as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao ano de 2011.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R$ 12.854,8 milhões ao final de 2011 (R$ 11.588,4 milhões ao final de 2010 e R$ 8.509,2 milhões ao final de 2009). Ao final de 2011 a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados entre AA e C em relação à carteira total de créditos de 97,6% (sendo 97,9% ao final de 2010 e 95,9% ao final de 2009). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 1,73% do total da carteira ao final de 2011 (1,62% ao final de 2010 e 2,25% ao final de 2009).

CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo Auditor Independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

O Banco ABC BRASIL S.A. não possui em suas demonstrações financeiras (individual e consolidado) títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Relatório da Administração

Gestão de risco

As informações referentes à gestão de risco (Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil) estão disponíveis no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrasil.com.br - Relações com investidores - Governança corporativa).

1) Risco corporativo:

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantém estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380, 3.464 e 3.721 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado e crédito, respectivamente.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada nas Áreas de Gestão de Riscos, Gestão de Crédito, Compliance e Auditoria, que respondem disciplinarmente à Presidência.

A estrutura de governança do Banco, baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

2) Risco operacional

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte de Área Jurídica própria.

Relatório da Administração

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna. Esta última monitora as áreas de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

3) Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria, e a membros do Comitê Financeiro, além de elaborar relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco as áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

4) Risco de crédito

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar duas estruturas independentes para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é, até os limites de suas alçadas, responsabilidade dos Comitês de Crédito para os clientes em geral e do Comitê Financeiro para os do setor financeiro. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atributo das Áreas de Crédito – Corporate e Middle-Market – no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte de áreas específicas para monitorar se os riscos estão nos limites estipulados e se as garantias estão nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

Relatório da Administração

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco de Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

5) Risco de conformidade

É de responsabilidade da Área de Compliance verificar as exigências regulatórias e orientar as áreas para que o atendimento a tais exigências seja refletido nas políticas e procedimentos. Adicionalmente, avalia e monitora a exposição do banco às práticas de lavagem de dinheiro, apoiando as Áreas de Negócios, que devem documentar e comprovar o conhecimento que têm sobre os clientes.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2012.

A administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 12).

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

I Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2011, corresponde a aproximadamente 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 02 de fevereiro de 2012.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

I Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação--Continuação

A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

II Principais práticas contábeis

O Banco efetuou ajustes na classificação entre curto e longo prazo para operações de captação junto ao BNDES e FINAME, que passou a considerar o vencimento das parcelas e não o vencimento final. Para fins de comparabilidade os saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

	Banco			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajuste	Saldo ajustado	Divulgação anterior	Ajuste	Saldo ajustado
Passivo circulante	5.068.432	648.131	5.716.563	5.076.537	648.131	5.724.668
Obrigações por repasses do país	385.773	648.131	1.033.904	385.773	648.131	1.033.904
BNDES	357.878	407.195	765.073	357.878	407.195	765.073
FINAME	27.895	235.904	263.799	27.895	235.904	263.799
Outras instituições	-	5.032	5.032	-	5.032	5.032
Passivo exigível a longo prazo	3.371.448	(648.131)	2.723.317	3.372.793	(648.131)	2.724.662
Obrigações por repasses do país	2.000.961	(648.131)	1.352.830	2.000.961	(648.131)	1.352.830
BNDES	1.305.003	(407.195)	897.808	1.305.003	(407.195)	897.808
FINAME	685.926	(235.904)	450.022	685.926	(235.904)	450.022
Outras instituições	10.032	(5.032)	5.000	10.032	(5.032)	5.000

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) *Critérios de avaliação dos ativos*

As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização.

Instrumentos financeiros derivativos: são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

a) *Critérios de avaliação dos ativos*--Continuação

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos;

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício;

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa;

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa;

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

a) *Critérios de avaliação dos ativos*--Continuação

O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) *Critérios de avaliação dos passivos*

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) *Hedge Accounting*

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior através de Instrumentos de Dívida Subordinada de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total (Hedge de Valor Justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido,acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

d) *Hedge Accounting*--Continuação

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de “hedge accounting”, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no inicio da operação de proteção como de forma contínua, de que os Instrumentos Financeiros Derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na nota 5.b e 17.c respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação (“Trading Book”) e das carteiras de não negociação (“Banking Book”) não possuem política específica para proteção (“Hedge Accounting”). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (nota 5.b).

e) *Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo*

Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

f) *Apuração das receitas e despesas*

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

g) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

h) *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

i) *Imposto de Renda e Contribuição Social*

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%.Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e despesas temporariamente indedutíveis, foram computados utilizando as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acima mencionadas.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (nota 22).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e consolidado	
	2011	**2010**
Disponibilidades	**21.201**	21.529
Aplicações financeiras de liquidez	**630.801**	457.481
. Aplicações em moedas estrangeiras	**122.057**	94.455
. Outras operações com vencimentos até 90 dias	**508.744**	363.026
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**652.002**	479.010

Notas Explicativas

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até outubro de 2012.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é demonstrada como segue:

	2011				2010	
	Banco		Consolidado		Banco	Consolidado
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Mercado	Mercado
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro	**24.162**	**24.159**	**24.162**	**24.159**	15.689	29.021
Eurobônus	**20.984**	**21.001**	**20.984**	**21.001**	11.961	11.961
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	**-**	**-**	**-**	**-**	5.973	5.973
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	**47.168**	**47.489**	**47.168**	**47.489**	41.101	41.101
Ações de Cias. abertas	**69**	**66**	**69**	**66**	315	315
Subtotal - Títulos para negociação	**92.383**	**92.715**	**92.383**	**92.715**	75.039	88.371
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	**666.736**	**666.653**	**710.257**	**710.172**	618.102	623.356
Eurobônus	**8.558**	**8.595**	**8.558**	**8.595**	8.798	8.798
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	**37.582**	**38.402**	**37.582**	**38.402**	-	-
Certificado de Depósitos Bancários	**24.362**	**24.577**	**111.285**	**111.502**	21.305	120.347
Cotas de Fundo em Direitos Creditórios	**-**	**-**	**-**	**-**	16.684	16.684
Debêntures	**210.149**	**209.696**	**210.149**	**209.696**	75.741	75.741
Nota Promissória	**74.941**	**74.942**	**74.941**	**74.942**	60.197	60.197
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**1.022.328**	**1.022.865**	**1.152.772**	**1.153.309**	800.827	905.123
Total	**1.114.711**	**1.115.580**	**1.245.155**	**1.246.024**	875.866	993.494

Em 31 de dezembro de 2011, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam ganho líquido de R$ 537 (R$ 38 de perda líquida em 2010), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R$ 322 (R$ 23 em 2010).

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2011, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Títulos e valores mobiliários--Continuação

	Banco 2011						
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 a 6 Meses**	**De 6 a 12 Meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro	**-**	**24.159**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.159**
Eurobônus	**-**	**-**	**-**	**5.758**	**-**	**15.243**	**21.001**
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**47.489**	**47.489**
Ações de companhias abertas	**66**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**66**
Subtotal – Títulos para negociação	**66**	**24.159**	**-**	**5.758**	**-**	**62.732**	**92.715**
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro	**-**	**5.126**	**-**	**94.211**	**567.316**	**-**	**666.653**
Eurobônus	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.707**	**3.888**	**8.595**
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.636**	**16.766**	**38.402**
Certificado de Depósitos Bancários	**-**	**-**	**-**	**6.059**	**18.518**	**-**	**24.577**
Debêntures	**-**	**-**	**833**	**36.128**	**164.979**	**7.756**	**209.696**
Nota Promissória	**-**	**-**	**64.933**	**10.009**	**-**	**-**	**74.942**
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**-**	**5.126**	**65.766**	**146.407**	**777.156**	**28.410**	**1.022.865**
Total – 2011	**66**	**29.285**	**65.766**	**152.165**	**777.156**	**91.142**	**1.115.580**
Total – 2010	315	-	60.197	26.535	721.739	67.080	875.866

	Consolidado 2011						
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 a 6 Meses**	**De 6 a 12 Meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro	**-**	**24.159**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.159**
Eurobônus	**-**	**-**	**-**	**5.758**	**-**	**15.243**	**21.001**
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**47.489**	**47.489**
Ações de companhias abertas	**66**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**66**
Subtotal – Títulos para negociação	**66**	**24.159**	**-**	**5.758**	**-**	**62.732**	**92.715**
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro	**-**	**5.964**	**-**	**112.963**	**591.245**	**-**	**710.172**
Eurobônus	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.707**	**3.888**	**8.595**
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.636**	**16.766**	**38.402**
Certificado de Depósitos Bancários	**1.459**	**1.483**	**2.941**	**11.942**	**73.917**	**19.760**	**111.502**
Debêntures	**-**	**-**	**833**	**36.128**	**164.979**	**7.756**	**209.696**
Nota Promissória	**-**	**-**	**64.933**	**10.009**	**-**	**-**	**74.942**
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**1.459**	**7.447**	**68.707**	**171.042**	**856.484**	**48.170**	**1.153.309**
Total – 2011	**1.525**	**31.606**	**68.707**	**176.800**	**856.484**	**110.902**	**1.246.024**
Total – 2010	315	1.289	78.985	37.344	777.248	98.313	993.494

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Títulos e valores mobiliários--Continuação

Para garantia de operações com derivativos, o Banco vinculou títulos públicos junto a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, no montante de R$ 159.085 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 165.031 em 2010).

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não-negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta administração.

A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica para períodos de um dia e nível de confiança de 99%.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração.

As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP e na Bolsa de Valores de Chicago.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros: cotações em Bolsas;

- Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos;

- *Swaps:* o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA;

- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Banco e consolidado					
	2011			2010		
Derivativos mantidos para negociação	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado
Contratos de futuros	**2.070.352**	**-**	**-**	3.503.460	-	-
Compromisso de compra	**659.141**	**-**	**-**	1.411.563	-	-
Mercado interfinanceiro	**296.098**	**-**	**-**	1.316.665	-	-
Moeda estrangeira	**362.498**	**-**	**-**	94.898	-	-
Outros	**545**	**-**	**-**	-	-	-
Compromisso de venda	**1.411.211**	**-**	**-**	2.091.897	-	-
Mercado interfinanceiro	**553.925**	**-**	**-**	1.355.694	-	-
Moeda estrangeira	**857.286**	**-**	**-**	736.203	-	-
Posição ativa	**1.686.751**	**94.229**	**108.978**	1.097.923	106.781	100.674
Contratos de "*Swap*"	**521.635**	**5.321**	**19.551**	615.516	2.174	16.973
Mercado interfinanceiro	**324.656**	**2.496**	**8.825**	513.419	2.177	13.965
Moeda estrangeira	**73.587**	**836**	**4.347**	14.680	97	182
Prefixado	**78.031**	**1.185**	**3.674**	63.295	(102)	2.139
Outros	**45.361**	**804**	**2.705**	24.122	2	687
Contratos de opções	**581.128**	**462**	**455**	71.949	60	1.568
Compromisso de compra	**10.000**	**448**	**440**	53.902	(123)	661
Ações	**-**	**-**	**-**	10.498	216	579
Ativos financeiros	**10.000**	**448**	**440**	43.404	(339)	82
Compromisso de venda	**571.128**	**14**	**15**	18.047	183	907
Ativos financeiros	**571.128**	**14**	**15**	18.047	183	907
Outros instrumentos financeiros	**583.988**	**88.446**	**88.972**	410.458	104.547	82.133
Compra e venda de moeda a termo (NDF)	**531.921**	**19.858**	**21.082**	304.117	12.990	17.048
Operações a termo	**52.067**	**68.588**	**67.890**	106.341	91.557	65.085

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

	Banco e consolidado					
	2011			2010		
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de Mercado	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado
Posição passiva	**561.126**	**(92.415)**	**(93.206)**	678.215	(70.077)	(82.191)
Contratos de "*Swap*"	**127.574**	**(2.641)**	**(4.603)**	87.840	(2.610)	(3.286)
Mercado interfinanceiro	**108.894**	**(2.215)**	**(4.252)**	9.983	(8)	(244)
Moeda estrangeira	**108**	**(46)**	**-**	64.711	(2.608)	(2.986)
Prefixado	**12.952**	**(334)**	**(22)**	13.146	6	(56)
Outros	**5.620**	**(46)**	**(329)**	-	-	-
Contratos de opções	**21.580**	**(1.008)**	**(973)**	255.569	934	(6.358)
Compromisso de compra	**10.000**	**(303)**	**(440)**	139.658	1.603	(5.780)
Ativos financeiros	**10.000**	**(303)**	**(440)**	139.658	1.603	(5.780)
Compromisso de venda	**11.580**	**(705)**	**(533)**	115.911	(669)	(578)
Ativos financeiros	**11.580**	**(705)**	**(533)**	115.911	(669)	(578)
Outros instrumentos financeiros	**411.972**	**(88.766)**	**(87.630)**	334.806	(68.401)	(72.547)
Compra e venda de moeda a termo (NDF)	**310.316**	**(15.836)**	**(14.683)**	301.050	(10.436)	(14.100)
Operações a termo	**101.656**	**(72.930)**	**(72.947)**	33.756	(57.965)	(58.447)

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

		Banco e consolidado		
		2011		
Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "*Swap*"	**647.456**	**56.215**	**84.033**	**27.818**
Moeda estrangeira – Dólar	**647.456**	**56.215**	**84.033**	**27.818**
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (nota 17.c)	**570.213**	**(570.213)**	**(598.031)**	**(27.818)**
Moeda estrangeira – Dólar	**570.213**	**(570.213)**	**(598.031)**	**(27.818)**

		Banco e consolidado		
		2010		
Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "*Swap*"	333.976	(6.418)	(15.804)	(9.386)
Moeda estrangeira – Dólar	333.976	(6.418)	(15.804)	(9.386)
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (nota 17.c)	327.690	(333.967)	(324.581)	9.386
Moeda estrangeira – Dólar	327.690	(333.967)	(324.581)	9.386

Visando mitigar os riscos da operação de captação da divida subordinada, a administração decidiu designar os instrumentos financeiros acima demonstrados para proteção cambial do valor do principal bem como do valor dos juros contratuais.

Considerando que o fluxo financeiro (Principal e Juros) do item objeto de Hedge (Divida Subordinada) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (Swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	Banco e consolidado							
	2011							2010
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Compensação								
Contratos de futuros	**545.737**	**312.384**	**45.614**	**184.331**	**474.978**	**507.308**	**2.070.352**	3.503.459
Contratos de "*Swap*"	**63.379**	**62.657**	**105.921**	**136.609**	**213.037**	**715.062**	**1.296.665**	1.037.332
Contratos de opção	**128**	**295.000**	**296.000**	**11.580**	**-**	**-**	**602.708**	327.519
Outros instrumentos financeiros	**218.992**	**298.623**	**186.050**	**191.918**	**100.377**	**-**	**995.960**	745.264
Total – 2011	**828.236**	**968.664**	**633.585**	**524.438**	**788.392**	**1.222.370**	**4.965.685**	
Total – 2010	**2.464.940**	**826.893**	**349.476**	**397.271**	**1.113.502**	**461.492**	-	5.613.574
- Posição ativa								
Contratos de "*Swap*"	**717**	**774**	**1.441**	**3.969**	**9.054**	**87.629**	**103.584**	16.973
Contratos de opção	**15**	**440**	**-**	**-**	**-**	**-**	**455**	1.569
Outros instrumentos financeiros	**38.334**	**38.126**	**3.883**	**6.477**	**2.152**	**-**	**88.972**	82.132
Total – 2011	**39.066**	**39.340**	**5.324**	**10.446**	**11.206**	**87.629**	**193.011**	-
Total – 2010	**7.493**	**60.307**	**19.565**	**4.494**	**8.482**	**333**	-	100.674
- Posição passiva								
Contratos de "*Swap*"	**(558)**	**(1.025)**	**(829)**	**(913)**	**(568)**	**(710)**	**(4.603)**	(19.091)
Contratos de opção	**-**	**-**	**(533)**	**(440)**	**-**	**-**	**(973)**	(6.358)
Outros instrumentos financeiros	**(42.641)**	**(36.214)**	**(4.476)**	**(1.899)**	**(2.400)**	**-**	**(87.630)**	(72.546)
Total – 2011	**(43.199)**	**(37.239)**	**(5.838)**	**(3.252)**	**(2.968)**	**(710)**	**(93.206)**	-
Total – 2010	**(6.135)**	**(46.263)**	**(15.426)**	**(10.688)**	**(3.678)**	**(15.805)**	-	(97.995)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão assim compostos:

	2011			2010
	Banco e consolidado			Banco e consolidado
	Receita	Despesa	Líquido	Líquido
Swaps	**294.262**	**(117.533)**	**176.729**	**(18.045)**
Futuros	**745.855**	**(793.532)**	**(47.677)**	**(13.536)**
Opções	**21.320**	**(18.477)**	**2.843**	**(2.839)**
Compra /venda de moeda a termo (NDF)	**260.685**	**(236.691)**	**23.994**	**8.074**
Derivativo de crédito	**-**	**-**	**-**	**28**
Total	**1.322.122**	**(1.166.233)**	**155.889**	**(26.318)**

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

	Exposição		
	Cenário Provável	**Cenário II**	**Cenário III**
i) Taxa de Juros			
Exposição liquida de Juros Pré - fixados (Pjur1)	982	2.960	4.825
Exposição liquida de Cupons de moeda (Pjur2)	3.547	4.336	5.140
Exposição liquida de Cupons de índices (Pjur3)	3.743	5.395	6.793
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 26)	8.272	12.691	16.758
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição comprada a taxas de Câmbio	18.756	14.067	9.378

i) *Taxas de juros:*

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de "Negociação" (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.464/07 e Circular nº 3.354/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Visando atender as disposições da Instrução CVM nº 475/08, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

ii) *Taxas de câmbio:*

A exposição liquida as taxas de câmbio é regulado pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.568/11. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Instrução CVM nº 475/08, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição liquida existente em 31 de dezembro de 2011.

iii) *Carteira de Não Negociação (Banking Book):*

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress" cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as praticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de dezembro 2011 demonstravam uma exposição de R$ 31.073, que considera o risco de taxa de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

Notas Explicativas

6. Relações interfinanceiras

A composição do saldo da rubrica relações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está assim demonstrada:

	Banco e Consolidado	
	2011	**2010**
Compulsório – depósito a vista	**50.925**	46.934
Repasses interfinanceiros	**53.585**	32.195
Compulsório - microfinanças	**2.040**	1.429
Outros	**-**	301
	106.550	80.859

7. Carteira de crédito, garantias prestadas e responsabilidades

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado							
	2011							2010
	Setor privado							
	Intermediários Financeiros	Indústria	Comércio	Serviços	Pessoas Físicas	Setor Público	Total	Total
Operações de crédito								
Empréstimos	**43.803**	**862.531**	**913.314**	**612.192**	**82.510**	**-**	**2.514.350**	2.473.160
Empréstimos – Consignados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	6
Financiamentos – BNDES/Finame	**-**	**1.252.925**	**748.265**	**55.768**	**22.629**	**940**	**2.080.527**	2.336.374
Financiamentos à exportação	**-**	**488.332**	**111.892**	**21.714**	**105.949**	**-**	**727.887**	447.441
Repasses de captação externa	**-**	**36.483**	**35.052**	**31.413**	**-**	**-**	**102.948**	36.753
Financiamentos em moeda estrangeira	**2.960**	**665.188**	**103.011**	**10.840**	**181**	**-**	**782.180**	722.261
Títulos descontados	**-**	**-**	**3.024**	**18.239**	**-**	**-**	**21.263**	57.304
Financiamento com interveniência	**256.350**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**256.350**	329.520
Conta garantida	**46.457**	**149.686**	**111.044**	**35.065**	**8.827**	**-**	**351.079**	387.411
Aquisição de direitos creditórios	**235.657**	**27.442**	**13.204**	**581**	**-**	**-**	**276.884**	272.329
Financiamentos rurais e agroindustriais	**-**	**33.598**	**63.799**	**1.005**	**11.043**	**-**	**109.445**	61.840
Outros financiamentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.057**	**-**	**17.057**	16.859
Subtotal - Operações de crédito	**585.227**	**3.516.185**	**2.102.605**	**786.817**	**248.196**	**940**	**7.239.970**	7.141.258
Outros créditos								
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas (a)	**-**	**224.208**	**184.872**	**-**	**-**	**-**	**409.080**	455.179
Títulos e créditos a receber	**-**	**5.518**	**12.062**	**2.117**	**4.245**	**-**	**23.942**	33.017
Outros	**-**	**881**	**-**	**-**	**-**	**-**	**881**	-
Subtotal - Outros créditos	**-**	**230.607**	**196.934**	**2.117**	**4.245**	**-**	**433.903**	488.196
Subtotal – Operações de crédito e outros créditos	**585.227**	**3.746.792**	**2.299.539**	**788.934**	**252.441**	**940**	**7.673.873**	7.629.454
Garantias prestadas e responsabilidades								
Fianças prestadas a clientes (b)	**1.313.965**	**1.397.670**	**1.878.560**	**474.326**	**21.907**	**75.358**	**5.161.786**	3.948.662
Créditos abertos para importação	**-**	**6.802**	**10.798**	**-**	**-**	**-**	**17.600**	8.074
Créditos de Exportação confirmados	**1.509**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.509**	2.190
Subtotal – Garantias prestadas e responsabilidades	**1.315.474**	**1.404.472**	**1.889.358**	**474.326**	**21.907**	**75.358**	**5.180.895**	3.958.926
Total - 2011	**1.900.701**	**5.151.264**	**4.188.897**	**1.263.260**	**274.348**	**76.298**	**12.854.768**	-
Total - 2010	**1.816.286**	**5.019.569**	**3.630.112**	**862.175**	**193.045**	**67.193**	-	11.588.380

Notas Explicativas

7. Carteira de crédito, garantias prestadas e responsabilidades-- Continuação

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R$ 400.026 (R$ 448.567 em 2010), demonstrado como redutor de Outras Obrigações (nota 17.a) acrescido de R$ 9.054 (R$ 6.612 em 2010) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros Créditos (nota 9.a).

(b) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contra garantias e contabilizadas em contas de compensação. Não são esperadas perdas nessas operações.

Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado							
	2011							
	A vencer							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Operações de crédito	**550.201**	**1.121.749**	**1.244.699**	**1.500.204**	**2.234.089**	**569.753**	**19.275**	**7.239.970**
Outros créditos	**63.133**	**101.087**	**85.962**	**170.736**	**7.993**	**1.451**	**3.541**	**433.903**
Subtotal – Operações de crédito e outros créditos	**613.334**	**1.222.836**	**1.330.661**	**1.670.940**	**2.242.082**	**571.204**	**22.816**	**7.673.873**
Garantias prestadas e responsabilidades	**490.292**	**556.533**	**1.091.316**	**2.094.433**	**929.022**	**19.299**	-	**5.180.895**
Total – 2011	**1.103.626**	**1.779.369**	**2.421.977**	**3.765.373**	**3.171.104**	**590.503**	**22.816**	**12.854.768**
Total – 2010	1.024.780	1.605.496	2.037.437	3.119.306	3.169.911	619.073	12.377	11.588.380

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01 do Banco Central do Brasil, no montante de R$ 36.563 (R$ 49.889 em 2010).

O efeito dessas operações no resultado do exercício de 2011 foi de R$ 488 (R$ 589 em 2010).

A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	Banco e consolidado					
	2011			2010		
	Saldo	% sobre a carteira (1)	% sobre o patrimônio líquido	Saldo	% sobre a carteira (1)	% sobre o patrimônio líquido
Principal devedor	**154.356**	**2,01**	**10,29**	229.679	3,01	17,04
10 maiores devedores	**1.015.600**	**13,23**	**67,72**	1.043.389	13,68	77,41
20 maiores devedores	**1.657.555**	**21,60**	**110,53**	1.631.085	21,38	121,01

(1) total da carteira sem considerar o saldo de garantias prestadas e responsabilidades

Notas Explicativas

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, estão assim distribuídos:

		Banco e consolidado			
		2011			
		Total das operações			Provisão
Nível de risco	Nível de Provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Res. 2682
AA	-	**815.277**	**-**	**815.277**	**-**
A	0,5%	**2.886.922**	**-**	**2.886.922**	**14.435**
B	1,0%	**3.000.945**	**157**	**3.001.102**	**30.011**
C	3,0%	**785.309**	**3.123**	**788.432**	**23.653**
D	10,0%	**57.294**	**3.574**	**60.868**	**6.087**
E	30,0%	**65.886**	**2.340**	**68.226**	**20.468**
F	50,0%	**19.459**	**3.368**	**22.827**	**11.413**
G	70,0%	**8.661**	**1.886**	**10.547**	**7.383**
H	100,0%	**11.304**	**8.368**	**19.672**	**19.672**
Total		**7.651.057**	**22.816**	**7.673.873**	**133.122**

		Banco e consolidado					
		2010					
		Total das operações			Provisão		
Nível de risco	Nível de Provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Res. 2682	Adicional	Total
AA	-	1.108.694	-	1.108.694	-	-	-
A	0,5%	3.016.040	-	3.016.040	15.080	-	15.080
B	1,0%	2.746.242	617	2.746.859	27.469	3.134	30.603
C	3,0%	594.592	135	594.727	17.842	1.250	19.092
D	10,0%	54.266	2.856	57.122	5.712	-	5.712
E	30,0%	62.999	589	63.588	19.076	-	19.076
F	50,0%	9.714	1.001	10.715	5.357	-	5.357
G	70,0%	7.222	1.735	8.957	6.270	-	6.270
H	100,0%	17.308	5.444	22.752	22.752	-	22.752
Total		7.617.077	12.377	7.629.454	119.558	4.384	123.942

Provisão adicional

Em 31 de dezembro de 2010, considerando possíveis aumentos nos níveis de risco de crédito em decorrência das incertezas existentes no ambiente econômico, foram constituídas, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil.

Tais provisões foram concentradas nos níveis de classificação B e C, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis.

Notas Explicativas

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos-- Continuação

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	Banco e consolidado			
	2011			2010
	Operações de crédito	Outros Créditos	Total	Total
Saldos no início do período	**100.651**	**23.291**	**123.942**	127.189
Constituição	**36.582**	**15.140**	**51.722**	44.579
Venda da carteira de empréstimos consignados	**-**	**-**	**-**	(2.714)
Classificados como resultados de exercícios futuros	**-**	**(194)**	**(194)**	370
Créditos compensados como prejuízo	**(23.111)**	**(19.237)**	**(42.348)**	(45.482)
Saldos no final do período	**114.122**	**19.000**	**133.122**	123.942

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de créditos renegociados é de R$ 123.221 (R$ 77.719 em 2010) no Banco e consolidado, sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 86.789 (R$ 42.828 em 2010).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$5.971 (R$ 10.480 em 2010).

9. Outros créditos

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

	Banco e consolidado	
	2011	2010
Câmbio comprado a liquidar - CCL	**465.308**	442.800
Provisão sobre variação cambial de CCL	**(702)**	(2)
Direitos sobre vendas de câmbio	**33.092**	115.579
Adiantamentos recebidos	**(6.486)**	(94.235)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	**9.054**	6.612
Total	**500.266**	470.754

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

Notas Explicativas

9. Outros créditos--Continuação

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Banco		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Créditos tributários (Nota 22)	**80.427**	60.297	**80.448**	60.807
Devedores por depósitos em garantia	**49.658**	53.284	**57.564**	60.954
Impostos e contribuições a compensar	**40.991**	31.034	**42.698**	31.034
Impostos e contribuições a recuperar	**99**	72	**99**	186
Títulos e créditos a receber	**24.698**	34.901	**24.698**	34.901
Valores a receber por venda de ações	**3.382**	6.730	**3.382**	6.730
Outros	**9.030**	1.582	**9.067**	1.614
Total	**208.285**	187.900	**217.956**	196.226

10. Investimentos

	ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	**ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.**	**2011**	**2010**
			Total	**Total**
Capital social	49.600	55.632		
Patrimônio líquido	66.483	62.819		
Resultado do exercício	4.875	5.518		
Nº. de ações ordinárias possuídas	24.980.054	-		
Nº. de ações preferenciais possuídas	24.980.055	-		
Nº. de cotas possuídas	-	55.631.814		
% de participação	100,00	99,99		
Valor contábil	66.483	62.819	**129.302**	118.910
Equivalência patrimonial	4.875	5.518	**10.393**	7.598

11. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Notas Explicativas

11. Partes relacionadas--Continuação

a) Empresas controladas e ligadas--Continuação

			2011		2010	
Operações / Partes relacionadas	Grau de relação	Prazos até	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) Exercício	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) Exercício
Depósitos à vista						
- ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda.	Controlada	S/ Vencto.	**(189)**	**-**	**(64)**	**-**
- ABC BRASIL Distr. Tits. e Vals. Mobiliários S.A.	Controlada	S/ Vencto.	**(78)**	**-**	**(27)**	**-**
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	S/ Vencto.	**(26)**	**-**	**-**	**-**
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencto.	**(1.764)**	**-**	**(797)**	**-**
			(2.057)	**-**	**(888)**	**-**
Depósitos a prazo						
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	26/03/2012	**(2.905)**	**(28)**	**(3.702)**	**(42)**
Obrigações por empréstimos						
- Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	29/02/2012	**(217.133)**	**(1.980)**	**-**	**-**
Dividendos e juros sobre o capital						
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	11/01/2012	**(20.759)**	**-**	**(9.437)**	**-**
Outras obrigações						
- ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda. - Prestação de serviços	Controlada	08/01/2012	**(20)**	**(240)**	**(18)**	**(216)**

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 55.917 (R$ 50.877 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo.

Notas Explicativas

12. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são demonstrados como segue:

	2011		2010	
	US$	**R$**	**US$**	**R$**
Ativos				
Disponibilidades	**2.609**	**4.894**	1.073	1.788
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**54.453**	**102.143**	52.261	87.077
TVM e instrumentos financeiros derivativos	**60.153**	**112.835**	53.297	88.803
Operações de crédito - Líquido	**496.388**	**931.125**	538.903	897.920
Outros créditos e valores e bens	**4.957**	**9.298**	4.039	6.730
Total	**618.560**	**1.160.295**	649.573	1.082.318
Passivos				
Depósitos à vista	**1.021**	**1.915**	523	871
Depósitos a prazo	**85.844**	**161.026**	140.086	233.411
Obrigações por empréstimos no exterior	**526.736**	**988.051**	527.602	879.090
Instrumentos financeiros derivativos	**38.421**	**72.070**	35.888	59.797
Outras obrigações	**96**	**180**	445	741
Total	**652.118**	**1.223.242**	704.544	1.173.910

13. Imobilizado, diferido e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil econômica dos bens.

Conforme Resolução nº 3.617 do Banco Central, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

14. Depósitos

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco							Consolidado	
	2011						2010	2011	2010
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total	Total
Depósitos à vista	**189.496**	**-**	**-**	**-**	**-**	**189.496**	183.394	**189.229**	183.302
Depósitos interfinanceiros	**-**	**185.108**	**490.139**	**223.733**	**20.030**	**919.010**	578.260	**919.010**	578.260
Depósitos a prazo	**-**	**894.138**	**1.100.759**	**212.623**	**-**	**2.207.520**	2.174.840	**2.207.520**	2.174.840
Outros depósitos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	17	**-**	17
Total – 2011	**189.496**	**1.079.246**	**1.590.898**	**436.356**	**20.030**	**3.316.026**	-	**3.315.759**	-
Total – 2010	**183.411**	**1.048.096**	**908.351**	**720.788**	**75.865**	-	2.936.511	-	2.936.419

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento :

	Banco e Consolidado					
	2011					2010
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Letras de crédito Imobiliário	**32.928**	**45.290**	**122**	**-**	**78.340**	146.716
Letras de crédito do agronegócio	**441.412**	**333.673**	**34.220**	**-**	**809.305**	602.435
Letras Financeiras	**-**	**7.917**	**36.068**		**43.985**	7.039
Total – 2011	**474.340**	**386.880**	**70.410**		**931.630**	-
Total – 2010	412.163	335.656	8.371	-	-	756.190

Notas Explicativas

16. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e consolidado					
	2011					
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**	**2010 Total**
Obrigações por empréstimos:						
No exterior	**742.363**	**672.762**	**5.688**	**-**	**1.420.813**	1.345.390
Obrigações por repasses – Do País:						
BNDES	**187.645**	**413.127**	**421.970**	**144.285**	**1.167.027**	1.662.881
FINAME	**66.069**	**200.958**	**472.114**	**229.110**	**968.251**	713.821
Outras instituições	**8.791**	**35.774**	**1.650**	**-**	**46.215**	10.032
Total – 2011	**1.004.868**	**1.322.621**	**901.422**	**373.395**	**3.602.306**	-
Total – 2010	640.334	1.687.378	1.083.757	320.655	**-**	3.732.124

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

17. Outras obrigações

a) O saldo da carteira de câmbio está assim composto

	Banco e consolidado	
	2011	**2010**
Câmbio vendido a liquidar	**33.304**	114.517
Obrigações por compra de câmbio	**431.090**	457.155
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	**(400.026)**	(448.567)
Total	**64.368**	123.105

Notas Explicativas

17. **Outras obrigações**--Continuação

b) O saldo de obrigações fiscais e previdenciárias está assim composto

	Banco		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	**104.979**	53.254	**110.483**	56.186
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	**286**	-	**570**	-
Impostos e contribuições a recolher	**105.581**	102.557	**110.810**	107.766
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22)	**27.177**	22.605	**27.177**	22.605
Provisão para outros impostos diferidos	**30**	-	**30**	-
Provisão para riscos cíveis e fiscais	**6.466**	4.966	**6.515**	6.360
Total	**244.519**	183.382	**255.585**	192.917

c) Dívidas subordinadas

O Banco captou recursos no País, mediante a emissão de Certificados de Depósitos Bancários Subordinados, atualizados por 106,5% da variação do CDI, com vencimento em 2013, sendo tais depósitos aprovados pelo Banco Central do Brasil como elegível em Nível II do patrimônio de referência – PR. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo desta rubrica foi de R$ 7.649 (R$ 6.805 em 2010).

Em 8 de abril de 2010, o Banco ABC BRASIL S.A. realizou captação de recursos mediante a emissão de Notas Subordinadas no exterior , no valor de US$ 300 milhões, com vencimento em abril de 2020 e juros anuais de 7,875%, pagos semestralmente. Foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2010 e nos termos da Resolução nº 3.444/07, os referidos instrumentos de dívida subordinada integrarão o Patrimônio de Referência – Nível II da companhia pelo valor do principal atualizado da dívida contratada. O saldo das obrigações com tal emissão em 31 de dezembro 2011 e 2010 é assim composto:

	Banco e Consolidado	
	2011	**2010**
Valor do principal líquido de juros e despesas de captação	**554.878**	**492.034**
Despesa de captação diferida (1)	**(8.981)**	**(10.060)**
Resultado do hedge accounting diferido	**1.850**	**-**
Juros provisionados	**10.094**	**8.966**
Subtotal	**557.841**	**490.940**
Ajuste a valor de mercado (“Hedge Accounting”) – nota 2.II.d e 5.b	**27.818**	**(9.386)**
Total	**585.659**	**481.554**

(1) A despesa de captação está sendo apropriada pró-rata dia, de acordo com o prazo da operação.

Notas Explicativas

17. Outras obrigações--Continuação

c) Dívidas subordinadas--Continuação

Em abril de 2011, o Banco ABC BRASIL S.A. realizou captações de recursos mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação no valor de R$ 15.406, sendo R$ 10.000 com vencimento em 2021 e juros anuais de 8,6 % e R$ 5.406 com vencimento em 2017 e juros anuais de 9,1%. Em 29 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 3.444/07, as referidas letras financeiras passam a integrar o Patrimônio de referência – Nível II da companhia. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo é de R$ 16.956.

d) O saldo de outras obrigações diversas está assim composto

	Banco		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Provisão para pagamentos a efetuar	**49.408**	42.639	**49.460**	42.663
Credores diversos – País	**3.707**	3.250	**3.707**	3.250
Credores diversos – Exterior	**1.876**	-	**1.876**	-
Provisão para passivos contingentes	**3.461**	1.979	**3.461**	1.979
Valores a pagar	**20**	739	**-**	722
Total	**58.472**	48.607	**58.504**	48.614

18. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão assim compostas:

	Banco e consolidado	
	2011	**2010**
Rendas de garantias prestadas	**90.683**	69.848
Rendas de tarifas com operações de crédito	**5.651**	14.082
Rendas de cobrança	**10.227**	7.495
Rendas de tarifas bancárias	**4.299**	3.931
Rendas de comissões e colocação de títulos	**14.420**	12.675
Rendas de outros serviços	**85**	117
Total	**125.365**	108.148

Notas Explicativas

19. Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Serviços de terceiros	**5.899**	8.439	**5.660**	8.333
Serviços do sistema financeiro	**10.596**	8.785	**10.607**	8.792
Aluguéis	**8.007**	5.551	**8.007**	5.551
Serviços técnicos especializados	**8.288**	6.642	**8.336**	6.694
Processamento de dados	**5.574**	4.749	**5.574**	4.749
Comunicações	**3.149**	2.691	**3.204**	2.749
Despesas de viagem	**3.602**	3.598	**3.602**	3.598
Depreciações e amortizações	**4.837**	3.542	**4.882**	3.633
Promoções e relações públicas	**2.631**	1.985	**2.631**	1.985
Publicações	**1.317**	933	**1.396**	965
Contribuições filantrópicas	**1.742**	2.489	**1.762**	2.489
Transportes	**1.902**	1.749	**1.902**	1.749
Manutenção e conservação de bens	**1.009**	899	**1.009**	899
Outras	**6.312**	5.615	**6.363**	5.530
Total	**64.865**	57.667	**64.935**	57.716

20. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Anistia Fiscal – Lei 11.941/2009	**-**	-	**-**	674
Juros e atualização monetária de ativos	**5.097**	8.346	**5.350**	8.552
Reversão de provisão	**-**	1.653	**-**	1.653
Resultado na venda de investimentos	**580**	-	**580**	-
Recuperação de encargos e despesas	**197**	468	**197**	468
Variação Cambial	**18.677**	-	**18.677**	-
Outras	**2.478**	1.745	**2.528**	1.783
Total	**27.029**	12.212	**27.332**	13.130

Notas Explicativas

21. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Variação cambial	**-**	5.097	**-**	5.097
Constituição de provisões	**3.906**	4.056	**3.906**	3.396
Comissões vinculadas a operações	**2.002**	1.793	**2.002**	1.793
Descontos concedidos	**1.658**	215	**1.658**	215
Outras despesas	**1.447**	699	**1.450**	704
Total	**9.013**	11.860	**9.016**	11.205

22. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercícios são demonstradas a seguir:

	31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2011**
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros	**51.724**	67.996	(57.482)	**62.238**
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	**6.760**	16.037	(5.191)	**17.606**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	**1.733**	255	(1.681)	**307**
Ajuste ao valor de mercado-disponível para venda	**80**	276	(80)	**276**
	60.297	84.564	(64.434)	**80.427**
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros Derivativos	**(17.474)**	(20.285)	15.102	**(22.657)**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	**(1.042)**	(253)	860	**(435)**
Ajuste ao valor de mercado-disponível para venda	**(65)**	(493)	65	**(493)**
Ajuste decorrente do Regime transitório de tributação – RTT (1)	**(4.024)**	(4)	436	**(3.592)**
	(22.605)	(21.035)	16.463	**(27.177)**
Saldo líquido	**37.692**	63.529	(47.971)	**53.250**

(1) vide nota 2.II.i) sobre práticas contábeis.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos montantes apresentados no quadro anterior, (i) créditos relacionados com prejuízos fiscais (R$ 33 em 2010) tendo sido revertido o montante de R$ 33 (R$ 514 em 2010) no exercício, (ii) diferenças temporárias com provisões para créditos de liquidação duvidosa e outros no valor de R$ 21 (R$ 477 em 2010) tendo sido revertido o montante de R$ 456 (R$ 295 em 2010) no exercício.

Notas Explicativas

22. Imposto de renda e contribuição social

O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como segue:

	Banco		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Outros créditos - Diversos – Créditos tributários (Nota 9.c)	**80.427**	60.297	**80.448**	60.807
Outras obrigações – Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17.b)	**(27.177)**	(22.605)	**(27.177)**	(22.605)
	53.250	37.692	**53.271**	38.202

A realização dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de dezembro de 2011 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura é demonstrada como segue:

	Banco			Consolidado
Exercício	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**	**Líquido**
2012	**31.151**	**(4.037)**	**27.114**	**27.135**
2013	**24.288**	**(3.035)**	**21.253**	**21.253**
2014	**5.211**	**(1.530)**	**3.681**	**3.681**
2015	**2.878**	**(983)**	**1.895**	**1.895**
2016	**1.209**	**(1.128)**	**81**	**81**
2017 a 2020	**15.690**	**(16.464)**	**(774)**	**(774)**
Total	**80.427**	**(27.177)**	**53.250**	**53.271**
Valor presente - Selic	**63.447**	**(17.576)**	**45.871**	**45.889**

Notas Explicativas

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A apuração da despesa com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é demonstrada a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	**324.050**	276.445	**330.045**	280.935
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	**129.620**	110.578	**135.676**	115.111
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	**15.916**	(21.715)	**15.425**	(22.524)
Receitas/despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	**(2.150)**	(2.298)	**(6.301)**	(5.337)
Resultados de participações societárias	**(4.157)**	(3.039)	**-**	-
Juros sobre o capital próprio	**(32.222)**	(29.042)	**(32.222)**	(29.042)
Efeito Anistia Lei nº 11.941/09	**(202)**	-	**(202)**	(270)
Outros valores	**(2.876)**	(1.490)	**(2.977)**	(2.054)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	**103.929**	52.994	**109.399**	55.884
Efeito do imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	**34**	514
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no exercício	**20.542**	22.595	**20.542**	22.595
Passivos fiscais realizados no exercício	**(16.397)**	(2.289)	**(16.397)**	(2.289)
Créditos tributários constituídos no exercício	**(84.414)**	(63.127)	**(84.414)**	(62.831)
Créditos tributários realizados no exercício	**64.353**	64.536	**64.844**	65.049
Total dos impostos e contribuições diferidos	**(15.916)**	21.715	**(15.425)**	22.524
Ajuste de exercícios anteriores	**-**	(488)	**-**	(211)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	**88.013**	74.221	**94.008**	78.711

23. Participações nos lucros

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC BRASIL S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

Notas Explicativas

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

Programa de Anistia – Receita Federal do Brasil (RFB)

Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pelo Banco. Os principais processos que fizeram parte do programa de anistia foram: i) Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, ii) Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") sobre receitas financeiras – Lei nº 9.718/98, iii) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") – alíquota de 8%, iv) Programa de integração social ("PIS"), v) IRPJ – Prejuízo fiscal inexistente e vi) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") – Empresa não empregadora.

Os valores a pagar referentes aos processos que fizeram parte do programa de anistia encontram-se provisionados e aguardamos posicionamento da Receita Federal para que seja efetuada a liquidação financeira dos mesmos.

Detalhamos a seguir as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas possíveis:

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª instância é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R$ 8.487, cuja chance de perda é considerada possível.

Notas Explicativas

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias--Continuação

Programa de Anistia – Receita Federal do Brasil (RFB)--Continuação

Imposto sobre operações financeiras ("IOF")

Em 1994, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de sujeitar-se ao pagamento de IOF sobre o contravalor em cruzeiros, da moeda estrangeira ingressada e destinada a empréstimo, para recolhimento em 48 horas após a liquidação dos contratos de câmbio. Atualmente as decisões em 1ª e 2ª instâncias são desfavoráveis ao Banco, sendo que aguardamos pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito de novo recurso.
O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R$ 8.830, cuja perda é considerada possível.

Imposto sobre serviços ("ISS")

Tratam-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2011. Tais valores correspondem a R$ 13.535 e a perda é considerada possível.

Programa de Integração Social ("PIS")

Afastar a exigência da contribuição para o PIS calculado com base nas Emendas Constitucionais nº 10/96, durante o período em que foi recolhida com base na LC 7/70. A exigibilidade do crédito tributário encontra-se suspensa por força de decisão favorável em 2ª instância, que confirmou a sentença concessiva da segurança. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R$ 2.260, cuja perda é considerada possível.

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos à título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 à 2008 no valor de R$ 29.066, cuja perda é considerada possível.

Notas Explicativas

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias--Continuação

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco era parte do pólo passivo em 33 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R$ 3.461. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, figurando como autores ou réus perfazendo um valor total de R$ 23.343. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e são consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis:

a) ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R$ 8.209, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância;

b) ação envolvendo pedido de anulação de lançamento a débito realizado na conta corrente de empresa avalista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível.

Movimentação das provisões constituídas

	Banco			Consolidado		
	Trabalhistas	**Fiscais**	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Fiscais**	**Cíveis**
No inicio do exercício	1.979	4.736	230	1.979	4.785	1.575
Constituição	2.294	1.500	-	2.294	1.500	-
Reversão	(498)	-	-	(498)	-	-
Baixa	(314)	-	-	(314)	-	(1.345)
No final do exercício	**3.461**	**6.236**	**230**	**3.461**	**6.285**	**230**

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por 135.644.240 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 67.822.120 ações ordinárias e 67.822.120 ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram deliberada pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
31/03/2011	**18.823**	**7.529**
30/06/2011	**20.168**	**8.067**
30/09/2011	**20.122**	**8.049**
29/12/2011	**21.442**	**8.577**
Total – 2011	**80.555**	**32.222**
31/03/2010	17.479	6.992
30/06/2010	17.479	6.992
30/09/2010	18.823	7.529
30/12/2010	18.822	7.529
Total – 2010	72.603	29.042

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido--Continuação

c) Destinação dos lucros

i) *Reserva de lucros - equalização de dividendos*

Por deliberação dos acionistas, através de Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

ii) *Reserva de Lucros – recompra de ações*

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

iii) *Destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2010*

Em 29 de Abril de 2011, a Assembléia de Acionistas aprovou proposta do Conselho de Administração sobre destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2010, mantendo o valor total proposto para retenção de lucros (reserva legal, reserva de equalização de dividendos e reserva de recompra de ações) e destinando R$ 10.111 para Reserva Legal de lucros, R$ 64.510 para Reservas de Lucros – Equalização de Dividendos e R$ 55.000 para Reservas de Lucros – Recompra de Ações de própria emissão.

d) Ações em tesouraria

Em 09 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 3.803.483 ações preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. A aquisição das ações terá por finalidade a permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o artigo 19, alínea “m”, do Estatuto Social e Instrução CVM nº 10/80, alterada pelas Instruções CVM nº 268/97 e nº 390/03.

No exercício foram recompradas 437.900 ações preferenciais, totalizando 1.630.701 ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2011 o valor total das ações em tesouraria é de R$ 10.997 (R$ 6.858 em 2010).

Notas Explicativas

26. Limite operacional – Acordo da Basiléia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basiléia para 31 de dezembro de 2011 é de 15,62% (16,04% em 2010). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido – PRE pela nova forma de cálculo:

	2011	2010
Risco de crédito	**1.378.787**	1.196.237
Taxa de juros	**8.272**	2.180
Commodities	**2.445**	-
Risco operacional	**69.960**	64.622
Ações	**274**	371
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	**1.459.738**	1.263.410
Patrimônio de Referência – PR	**2.072.475**	1.841.810
Excesso de patrimônio em relação ao limite	**612.737**	578.400

27. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

28. Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre BRGAAP e IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BRGAAP”) e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	2011	2010
Patrimônio líquido em BRGAAP	**1.499.606**	1.347.918
Ajustes IFRS líquido dos impostos:		
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a a clientes	**40.010**	37.883
Patrimônio líquido em IFRS	**1.539.616**	1.385.801

Notas Explicativas

28. Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre BR GAAP e IFRS--Continuação

		2011	2010
Lucro líquido em BRGAAP		**236.037**	202.224
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	**2.127**	(431)
Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios	b	**-**	964
Variação cambial sobre investimento no exterior	c	**(2.565)**	1.318
Lucro líquido em IFRS		**235.599**	204.075

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

b) Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios

Segundo orientação do IFRS, na venda de ativos financeiros com retenção dos riscos e benefícios, o ativo objeto deve permanecer registrado no ativo, sendo as receitas decorrentes de tais ativos apropriadas pelo prazo remanescente das operações vendidas. Nestes casos, o valor recebido na venda deve ser registrado no passivo, sendo os custos apropriados pelo prazo remanescente da operação. De acordo com BR GAAP, tais ativos são baixados e o resultado positivo ou negativo apurado na venda deve ser registrado ao resultado do período na data da operação.

c) Variação cambial sobre investimento no exterior

Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 29 de março de 2012.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos: investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas.

O Banco efetuou reclassificações nos saldos da demonstração de resultado, devido a alteração da aglutinação das contas de receita e despesas. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados para fins de comparação conforme a seguir:

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação--Continuação

	Publicação anterior	Reclassificações	Variação cambial Investimento no exterior	Saldo Reclassificado
Receita de juros	1.019.601	71.643	-	1.091.244
Despesa de juros	(614.161)	(131.422)	-	(745.583)
Receita líquida de juros	405.440	(59.779)	-	345.661
Resultado de comissões e serviços	108.148	-	-	108.148
Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	36.283	66.944	-	103.227
Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	578	4.357	2.196	7.131
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.485)	(11.522)	-	(39.007)
Total de comissões, serviços e outras receitas (despesas) operacionais	117.524	59.779	-	179.499
Resultado Operacional	522.964	-	2.196	525.160
Provisões líquidas	(32.118)	-	-	(32.118)
Total do Resultado Operacional após provisões	490.846	-	2.196	493.042
Total das despesas operacionais	(209.022)	-	-	(209.022)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	(79.067)	-	(878)	(79.945)
Lucro líquido do exercício	202.757	-	1.318	204.075

Declaração de Compliance

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Banco publicou as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a operar pelo BACEN “BRGAAP” em 07 de fevereiro de 2012.

A reconciliação entre os saldos apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN “BRGAAP” e as normas internacionais de contabilidade “IFRS”, do Patrimônio Líquido e dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.1 **Base de preparação**--Continuação

Conciliação do Patrimônio Liquido:

		2011	2010
Patrimônio líquido em BR Gaap		**1.499.606**	1.347.918
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	**40.010**	37.883
Patrimônio líquido em IFRS		**1.539.616**	1.385.801

Conciliação dos Resultados do Exercício:

		2011	2010
Lucro líquido em BR Gaap		**236.037**	202.224
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	**2.127**	(431)
Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios	b	-	964
Variação cambial sobre investimento no exterior	c	**(2.565)**	1.318
Lucro líquido em IFRS		**235.599**	204.075

a) *Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes*

Segundo os procedimentos requeridos pelo IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as garantias e as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

b) *Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios*

Segundo orientação do IFRS, na venda de ativos financeiros com retenção dos riscos e benefícios, o ativo objeto deve permanecer registrado no ativo, sendo as receitas decorrentes de tais ativos apropriadas pelo prazo remanescente das operações vendidas. Nestes casos, o valor recebido na venda deve ser registrado no passivo, e os custos apropriados pelo prazo remanescente da operação. De acordo com BR GAAP, tais ativos são baixados e o resultado positivo ou negativo apurado na venda deve ser registrado ao resultado do período na data da operação.

c) *Variação cambial sobre investimento no exterior*

Notas Explicativas

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.1 **Base de preparação**—Continuação

Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras aplicados de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS , foram aplicados em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2011, corresponde a aproximadamente 100%.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativas--Continuação

utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os

julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. A valorização dos instrumentos financeiros está apresentada em mais detalhes na Nota 8.

Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco revisa seus empréstimos e adiantamentos individualmente a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão. A perda com a redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos é divulgada em mais detalhes na nota 9.

Redução ao valor recuperável de investimentos disponíveis para venda

O Banco revisa seus instrumentos de dívida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante à avaliação individual de empréstimos e adiantamentos. O Banco também registra a redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação de que é considerada “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Banco avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, além da duração e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Banco não possuía investimentos patrimoniais.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativas--Continuação

Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis

Todas as Normas Internacionais e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. que entraram em vigor até a data de elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, foram observadas pelo Banco na elaboração das referidas Demonstrações Financeiras. As novas interpretações ou revisões do IFRS emitidas, mas cuja entrada em vigor ocorrerá após a data destas Demonstrações Financeiras, não foram contempladas pelo Banco que entende que tais mudanças não produzirão efeitos significativos nas referidas Demonstrações financeiras como um todo. Dentre as revisões destaca-se a revisão do IFRS9 “Instrumentos Financeiros” que introduz novos requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. O pronunciamento é efetivo para períodos anuais que se iniciem a partir de 1º de Janeiro de 2015, com adoção antecipada permitida pelo IASB, A conformidade com o IFRS9 é requerida retrospectivamente. As principais mudanças introduzidas pelo IFRS9 em relação aos requerimentos do IAS39 são sumarizadas abaixo:

- Todos os ativos financeiros que estão atualmente no escopo do IAS39 serão classificados ou como “custo amortizado” ou “valor justo”. As categorias “disponível para venda” e “mantido até o vencimento” não mais existirão.

- A classificação é baseada no modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Reclassificações entre as duas categorias (custo amortizado ou valor justo) são proibidas a menos que haja uma mudança no modelo de negócios da entidade.

Notas Explicativas

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.3 Mudanças nas práticas contábeis (Continuação)

- Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se dois critérios são satisfeitos: i) o objetivo do modelo de negócios seja manter o ativo financeiro até o vencimento; e ii) o fluxo de caixa contratual do instrumento seja unicamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo devedor. Todos os outros ativos financeiros são mensurados ao valor justo. Movimentos no valor justo dos ativos financeiros classificados ao valor justo são reconhecidos no resultado, exceto investimentos em ações os quais são reconhecidos como outros resultados abrangentes, sendo levados a resultado somente por ocasião de sua realização.

- É permitido a uma entidade designar um ativo financeiro que atenda as condições para “custo amortizado” a valor justo contra resultado se ao fazer isto reduza significativamente um descasamento contábil. Esta designação deve ser feita no reconhecimento inicial e é irrevogável.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

b) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente

(I) *Data de reconhecimento*

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(II) *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(III) *Derivativos registrados a valor justo por meio do resultado:*

O Banco usa derivativo, como *swaps* e futuros de taxa de juros, *swap* de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros, moedas estrangeiras e ações. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. “As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em ‘resultado liquido de ativos e passivos financeiros”. Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a opção de conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são diretamente relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(IV) *Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação*

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas em “resultado liquido de ativos e passivos financeiros”. Receita ou despesa de juros são registradas em ‘”receitas e despesas de juros” respectivamente conforme os termos do contrato, ou quando o direito ao pagamento for estabelecido.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente--Continuação

(V) *Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, durante o reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados, e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo são registrados em “Resultado líquido de ativos e passivos financeiros”. Juros auferidos ou incorridos são apropriados em ‘receita de juros’ ou ‘despesa de juros’, respectivamente, utilizando a Taxa de Juros Efetiva (TJE). A receita de dividendos é reconhecida como ‘outras receitas operacionais’ quando o direito ao pagamento é estabelecido.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente--Continuação

(VI) *Lucro ou Prejuízo 'Dia 1'*

Quando o valor da transação é diferente do valor justo de outras transações observáveis no mercado ativo com o mesmo instrumento ou baseado em uma técnica de valorização cujas variáveis incluem apenas dados observáveis de mercado, o Banco imediatamente reconhece a diferença entre o valor da transação e o valor justo (lucro ou prejuízo 'Dia 1') em 'resultado líquido de negociação'. Nos casos em que o valor justo é determinado usando dados não observáveis de mercado, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo é somente reconhecida na demonstração do resultado quando as variáveis possam ser observáveis, ou quando o instrumento for baixado.

(VII) *Títulos disponíveis para venda*

Depois da mensuração inicial, instrumentos financeiros disponíveis para venda são subseqüentemente mensurados ao valor justo. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido "outros resultados abrangentes" líquido de imposto de renda e contribuição social. Quando o investimento é liquidado, o ganho ou perda acumulado previamente reconhecido no patrimônio líquido é reconhecido na demonstração de resultado em "resultados líquidos de ativos financeiros". Quando o Banco mantém mais de um investimento do mesmo tipo, eles são considerados como se fossem baixados utilizando o conceito de "custo médio de compra". Juros auferidos enquanto mantidos como um investimento financeiro disponível para venda são reconhecidos na demonstração do resultado como 'receita de juros' utilizando a TJE. Dividendos auferidos enquanto mantido como um investimento financeiro disponível para venda são reconhecidos na demonstração do resultado como 'outras receitas operacionais' quando o direito ao recebimento for estabelecido.
As perdas com redução valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecida na demonstração do resultado em "em resultados líquidos de ativos e passivos financeiros" e baixadas das 'reservas ajustes de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda'.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente--Continuação

(VIII) *Valores a receber de bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes*

Valores a receber de bancos e 'empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, os montantes em valores a receber de bancos e 'empréstimos e adiantamentos para clientes estão subseqüentemente mensurados ao custo amortizado utilizando a TJE, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição de montantes relevantes e outras taxas e custos que são partes integrais da TJE. A amortização é incluída em 'receita de juros' na demonstração do resultado. As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em 'perdas de crédito'.

O Banco não possui operações de empréstimos e adiantamentos, com intenção de venda.

(IX) *Captações*

As captações são mensuradas ao custo amortizado utilizando a TJE. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que constituem parte integral da TJE.

(X) *Dívida Subordinada*

São representados pelo valor justo, por meio de resultado sendo tal instrumento financeiro objeto de hedge conforme demonstrado na nota 8. Veja os critérios de hedge accounting aplicados descritos nas notas 3g, 8b e 15.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

c) Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

(I) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
- O Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

(II) *Passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida.

d) Operações compromissadas

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em 'garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas', refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a TJE.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) Operações compromissadas (Continuação)

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo do Banco. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em 'receita de juros' e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a TJE. Se títulos adquiridos com acordo de revenda são subseqüentemente vendidos para terceiros, a obrigação de retornar os títulos é registrada como uma venda a descoberto incluída em passivos financeiros mantidos para negociação' e mensurados ao valor justo com qualquer ganho ou perda incluída em 'receita (despesa) líquida de negociação'.

e) Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas e preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando métodos de valorização apropriados que incluem: o método de fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelos de valorização de opções, modelos de crédito e outros modelos de valorização conhecidos.

Certos instrumentos financeiros são registrados ao valor justo utilizando métodos de valorização nos quais transações do mercado atual ou dados observáveis do mercado não estão disponíveis. Para esses instrumentos financeiros o valor justo é determinado utilizando um método de valorização que foi testado contra preços ou dados de transações do mercado atual e usando as melhores estimativas do modelo mais apropriado do Banco. Modelos são ajustados para refletir a variação dos preços de compra e venda, para refletir custo de liquidação da posição, para servir como contrapartida das variações de crédito e liquidez e das limitações dos modelos. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na Nota 8.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia regularmente nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está abaixo do valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado abaixo do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ('um evento de perda' incorrido). O evento de perda deve impactar o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade que o mesmo irá entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando dados observáveis indicam que há uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica que possam ser razoavelmente estimados.

(I) *Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado*

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (como montantes de valores a receber de bancos, empréstimos e adiantamentos a clientes), o Banco avalia individualmente se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução ao valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (exceto perdas futuras esperadas com crédito que ainda não foram incorridas).

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

(I) *Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado*--Continuação

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para o Banco. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a *redução ao valor recuperável* foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão. Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado a 'Perdas de crédito'.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a TJE atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

Vide nota 9 para detalhes de perdas com redução ao valor recuperável em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado e para uma análise da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos por classe.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

(II) *Investimentos financeiros disponíveis para venda*

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, o Banco avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado para redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada como a diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado. Receita de juros futura é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Se, em um período subseqüente, o valor justo do instrumento de dívida aumenta e o aumento pode ser objetivamente relacionado com um evento de crédito que ocorreu depois que a perda com redução ao valor recuperável foi reconhecida no resultado, a perda com redução ao valor recuperável é revertida através do próprio resultado.

(III) *Empréstimos renegociados*

Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Uma vez que os termos são renegociados, qualquer *redução ao valor recuperável* é mensurada utilizando a taxa efetiva original, antes da modificação dos termos do empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a ser sujeitos à avaliação individual de *redução ao valor recuperável*, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

g) *Hedge accounting*

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposição a riscos de taxa de juros, variação cambial e crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo através de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo e estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

Também no início do relacionamento de *hedge*, uma avaliação formal é efetuada para garantir que o instrumento de *hedge* é altamente efetivo em anular o risco designado na relação de *hedge*. *Hedge*s são formalmente avaliados mensalmente. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo "hedgiado" durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

(I) *Hedge de valor justo*

Para os *hedge*s de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecido na demonstração do resultado em 'receita líquida de negociação'. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é "hedgiado" é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado em 'receita líquida de negociação'. (veja nota 8)

Se o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de *hedge* não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de *hedge* é terminada. Para os itens objeto de *hedges registrados* a custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do item objeto de *hedge* ao término e o valor nocional é amortizado ao longo do prazo remanescente do *hedge* original utilizando a taxa efetiva. Se o item objeto de *hedge* é vendido, o ajuste ao valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esse não é geralmente o caso em contratos *master* de *netting*, para os quais os ativos e passivos relacionados são apresentados segregados no balanço patrimonial.

i) Reconhecimento de receita e despesa

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

(I) *Receita e despesa de juros*

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa de juros são registrados utilizando a TJE, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros pela vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o Banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como 'Outras receitas operacionais'. Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o Banco subseqüentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro como resultado do aumento da probabilidade de recuperação dos recebimentos de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

i) Reconhecimento de receita e despesa--Continuação

(I) *Receita e despesa de juros*--Continuação

Uma vez que o valor registrado de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros semelhantes são baixados devido à perda com redução ao valor recuperável, a receita de juros continua a ser reconhecida utilizando a taxa de juros.

(II) *Receita de taxas e comissões*

O Banco aufere receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregadas nas seguintes categorias:

Receita com comissões e taxas auferidas de serviços prestados

Comissões e taxas auferidas com a prestação de serviços são lançados no resultado na data da prestação dos serviços. Quando tais comissões e taxas guardam relação com o prazo das operações, as receitas são reconhecidas pelos prazos das operações correspondentes.

Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com *performance* específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa como referidos nas demonstrações de fluxo de caixa incluem caixa disponível em mãos, contas correntes sem restrições com bancos e valores a receber de bancos disponíveis ou com vencimento original em três meses ou menos.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imobilizado

O imobilizado é contabilizado a custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada. As vidas úteis estimadas de imobilizados são as seguintes:

- Imóveis 25 a 40 anos
- *Hardware* de computadores 2 anos
- Outros móveis e equipamentos 2 a 4 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

l) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis do Banco incluem basicamente o valor de *software* de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que seja a ele atribuído serão transferidos para o Banco.

m) Garantias financeiras

No curso ordinário dos negócios, o Banco concede garantias financeiras, por meio de garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras como compromissos em contas de compensação. Qualquer aumento em passivo associado com garantias financeiras é registrado no resultado em 'perdas de crédito'. O prêmio recebido é reconhecido no resultado em 'receita líquida de taxas e comissões' utilizando o método linear com base no termo de duração da garantia.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como o resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

o) Impostos

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e despesas temporariamente indedutíveis, foram computados utilizando as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acima mencionadas.

De acordo com a Lei 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto corrente e imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

p) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

q) Dividendos (Juros sobre o Capital Próprio - JCP) de ações ordinárias e preferenciais

Dividendos (Juros sobre capital próprio - JCP) de ações ordinárias e preferenciais são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos e JCP em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitas à decisão futura do Banco.

4. Informações por segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais baseados em unidades de negócios e suas atividades como segue:

a) Atividade Comercial - Principalmente gerenciando empréstimos e outras operações de crédito e serviços de depósito e conta corrente para clientes corporativos e institucionais de grande e de médio porte, além de promoção de operações de mercado de capitais e outros serviços bancários.

b) Corporação e Tesouraria – Compreendem os resultados financeiros relativos aos custos de capital próprio, atribuídos às atividades comerciais alem dos resultados financeiros de atividades típicas de Tesouraria como gestão de gaps de moedas, taxas, e demais fatores de riscos de oportunidades de arbitragens nos mercados externos e internos e resultados obtidos na administração de posições proprietárias. Concentra-se também os demais custos e os resultados corporativos como provisões para contingências e custos indiretos das atividades, redistribuindo tais custos para a área comercial.

Notas Explicativas

4. Informações por segmento—Continuação

A Administração gerencia os resultados operacionais das suas unidades de negócio separadamente para fins de tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* do segmento é avaliada com base no lucro ou prejuízo da operação, que considera, dentre outros critérios, ajustes do custo atribuído do capital próprio. O segmento comercial absorve gerencialmente o imposto sobre os resultados à alíquota de 40%, sendo a diferença em relação ao imposto total alocada ao segmento de corporação e tesouraria.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 2011 e 2010.

Na apuração dos resultados por segmento, são efetuadas reclassificações gerenciais de despesas e custos para efeito de acompanhamento de operações que podem representar diferenças de classificação nas linhas de resultados quando comparadas com as demonstrações financeiras elaboradas com base nos critérios em IFRS.

A tabela a seguir apresenta informação sobre os resultados gerenciais relacionados aos segmentos do Banco.

	2011		
	Atividade Comercial	**Corporação e Tesouraria**	**Total**
Resultado operacional	**431.460**	**186.590**	**618.050**
Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	**(44.650)**	**-**	**(44.650)**
Total do resultado operacional após provisões	**386.810**	**186.590**	**573.400**
Despesas de pessoal	**(96.094)**	**(87.260)**	**(183.354)**
Instalações, depreciações e amortizações	**(3.737)**	**(12.451)**	**(16.188)**
Outras despesas	**(11.373)**	**(28.881)**	**(40.254)**
Despesas alocadas	**(91.163)**	**91.163**	**-**
Total das despesas operacionais	**(202.367)**	**(37.429)**	**(239.796)**
Resultados antes dos impostos sobre o lucro	**184.443**	**149.161**	**333.604**
Despesas de imposto de renda e contribuição social	**(73.777)**	**(21.663)**	**(95.440)**
Lucro do exercício antes da variação contábil sobre investimento no exterior	**110.666**	**127.498**	**238.164**
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior)			**(2.565)**
Lucro do exercício			**235.599**

Notas Explicativas

4. Informações por segmento--Continuação

	2010		
	Atividade Comercial	**Corporação e Tesouraria**	**Total**
Resultado operacional	381.719	141.245	522.964
Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	(32.118)	-	(32.118)
Total do resultado operacional após provisões	349.601	141.245	490.846
Despesas de pessoal	(72.881)	(86.116)	(158.997)
Instalações, depreciações e amortizações	(2.430)	(9.898)	(12.328)
Outras despesas	(8.910)	(28.787)	(37.697)
Despesas alocadas	(106.163)	106.163	-
Total das despesas operacionais	(190.384)	(18.638)	(209.022)
Resultados antes dos impostos sobre o lucro	159.217	122.607	281.824
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(63.687)	(15.380)	(79.067)
Lucro do exercício	95.530	107.227	202.757
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior)	-	-	1.318
Lucro do exercício			204.075

Notas Explicativas

4. **Informações por segmento**--Continuação

Informação geográfica

O Banco possui suas operações concentradas no Brasil e opera também através de sua agência em Cayman:

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são demonstrados como segue:

	2011		2010	
	US$	**R$**	**US$**	**R$**
Ativos				
Disponibilidades	**2.609**	**4.894**	1.072	1.788
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**54.453**	**102.143**	52.261	87.077
TVM e instrumentos financeiros derivativos	**60.153**	**112.835**	53.297	88.803
Operações de crédito - líquido	**496.388**	**931.125**	538.903	897.920
Outros créditos e valores e bens	**4.957**	**9.298**	4.039	6.730
Total	**618.560**	**1.160.295**	649.572	1.082.318
Passivos				
Depósitos à vista	**1.021**	**1.915**	523	871
Depósitos a prazo	**85.844**	**161.026**	140.086	233.411
Obrigações por empréstimos no exterior	**526.736**	**988.051**	527.602	879.090
Instrumentos financeiros derivativos	**38.421**	**72.070**	35.888	59.797
Outras obrigações	**96**	**180**	445	741
Total	**652.118**	**1.223.242**	704.544	1.173.910
Resultado				
Resultado operacional	**18.552**	**31.138**	18.078	30.122
Despesas administrativas	**(1.288)**	**(2.162)**	(1.254)	(2.089)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(175)**	**(294)**	(397)	(661)
Total	**17.089**	**28.682**	16.427	27.372

No Brasil, o Banco possui plataforma de negócios em 6 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Os demais estados brasileiros são atendidos por essas plataformas.

Notas Explicativas

5. Caixa e reserva no Banco Central do Brasil

A composição de rubrica Caixa e reserva no Banco Central do Brasil está assim demonstrada:

	2011	2010
Disponibilidades	**21.201**	21.529
Compulsório sobre depósito a vista	**50.925**	46.934
Compulsório sobre micro finanças	**2.040**	1.429
Outros	**-**	300
Total	**74.166**	70.192

6. Valores a receber de bancos

As operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento de um dia útil. Os depósitos em bancos privados têm prazos de vencimento até outubro de 2012.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa considerados na apresentação das Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa estão assim demonstrados:

	2011	2010
Caixa e reserva no Banco Central do Brasil	**21.201**	21.529
Operações de *overnight*	**122.057**	94.455
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	**508.744**	363.026
Total	**652.002**	479.010

Notas Explicativas

8. Classificação dos instrumentos financeiros

a) Mensuração dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir demonstra a posição dos instrumentos financeiros ativos e passivos e seus respectivos valores justos:

	2011			2010		
	Cotações publicadas em mercado ativo (nível 1)	**Modelos internos (nível 2)**	**Total**	**Cotações publicadas em mercado ativo (nível 1)**	**Modelos internos (nível 2)**	**Total**
Ativos Financeiros						
Mantidos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro	**24.159**	**-**	**24.159**	29.021	-	29.021
Eurobônus	**21.001**	**-**	**21.001**	11.961	-	11.961
Notas do Tesouro Nacional – "NTN-B"	**-**	**-**	**-**	5.973	-	5.973
Notas do Tesouro Nacional – "NTN-A"	**47.489**	-	**47.489**	41.101	-	41.101
Ações de companhias abertas	**66**	-	**66**	315	-	315
Derivativos	-	**108.978**	**108.978**	-	100.674	100.674
Subtotal – mantidos para negociação	**92.715**	**108.978**	**201.693**	88.371	100.674	189.045
Disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	**710.172**	**-**	**710.172**	623.356	-	623.356
Notas do Tesouro Nacional – "NTN-B"	**38.402**	**-**	**38.402**	-	-	-
Certificado de depósitos bancários	**-**	**111.502**	**111.502**	-	120.347	120.347
Cotas de fundo em direitos creditórios	**-**	**-**	**-**	-	16.685	16.685
Debêntures	**-**	**209.696**	**209.696**	35.700	40.041	75.741
Eurobônus	**8.595**	**-**	**8.595**	8.798	-	8.798
Nota promissória	**-**	**74.942**	**74.942**	-	60.197	60.197
Subtotal – disponíveis para venda	**757.169**	**396.140**	**1.153.309**	667.854	237.270	905.124
Derivativos usados como "hedge" de valor justo						
Derivativos	**-**	**84.033**	**84.033**	-	-	-
Subtotal – derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**84.033**	**84.033**	-	-	-
Total de Ativos Financeiros	**849.884**	**589.151**	**1.439.035**	756.225	337.944	1.094.169
Passivos Financeiros						
Para Negociação						
Derivativos	-	**(93.206)**	**(93.206)**	-	(82.191)	(82.191)
Subtotal – para negociação	**-**	**(93.206)**	**(93.206)**	**-**	(82.191)	(82.191)
Derivativos usados como "hedge" de valor justo						
Derivativos	**-**	**-**	**-**	-	(15.804)	(15.804)
Subtotal – derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**-**	**-**	-	(15.804)	(15.804)
Ao valor justo no resultado						
Dívida subordinada	**-**	**(585.659)**	**(585.659)**	-	(481.554)	(481.554)
Subtotal – ao valor justo no resultado	**-**	**(585.659)**	**(585.659)**	**-**	(481.554)	(481.554)
Total Passivos Financeiros	**-**	**(678.865)**	**(678.865)**	**-**	(579.549)	(579.549)

Veja na nota 3 (e) os detalhes dos critérios praticados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Notas Explicativas

8. Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

b) Instrumentos financeiros derivativos

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos junto com seus respectivos valores nocionais:

	2011			2010		
	Ativo	**Passivo**	**Valor de referência (Notional)**	**Ativo**	**Passivo**	**Valor de referência (Notional)**
Derivativos mantidos para negociação						
Contratos de futuros	**-**	**-**	**2.070.352**	-	-	3.503.460
Contratos de "*Swap*"	**19.551**	**(4.603)**	**649.209**	16.973	(3.286)	703.356
Mercado interfinanceiro	**8.825**	**(4.252)**	**433.550**	13.965	(244)	523.402
Moeda estrangeira	**4.347**	**-**	**73.695**	182	(2.986)	79.391
Prefixado	**3.674**	**(22)**	**90.983**	2.139	(56)	76.441
Outros	**2.705**	**(329)**	**50.981**	687	-	24.122
Contratos de opções	**455**	**(973)**	**602.708**	1.568	(6.358)	327.518
Outros instrumentos financeiros	**88.972**	**(87.630)**	**995.960**	82.133	(72.547)	745.264
Total	**108.978**	**(93.206)**	**4.318.229**	100.674	(82.191)	5.279.598

Considerações sobre "Hedge Accounting":

	2011			
Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	**647.456**	**56.215**	**84.033**	**27.818**
Moeda estrangeira – dólar	**647.456**	**56.215**	**84.033**	**27.818**
Objeto de *"Hedge"*				
Dívida subordinada	**570.213**	**(570.213)**	**(598.031)**	**(27.818)**
Moeda estrangeira – dólar	**570.213**	**(570.213)**	**(598.031)**	**(27.818)**

	2010			
Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	333.976	(6.418)	(15.804)	(9.386)
Moeda estrangeira – dólar	333.976	(6.418)	(15.804)	(9.386)
Objeto de *"Hedge"*				
Dívida subordinada	327.690	(333.967)	(324.581)	9.386
Moeda estrangeira – dólar	327.690	(333.967)	(324.581)	9.386

Notas Explicativas

8. Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Derivativos usados como "hedge" de valor justo

Visando mitigar os riscos da operação de captação da divida subordinada, a administração decidiu designar os instrumentos financeiros acima demonstrados para proteção do valor do principal bem como do valor dos juros contratuais.

Considerando que o fluxo financeiro (Principal e Juros) do item objeto de Hedge (Divida Subordinada) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (Swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2011, estava em conformidade com os parâmetros estabelecidos (veja nota 3 g).

Os valores de referência (nocional) dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo a operação utilizada como instrumento de "hedge", por vencimento, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	2011							2010
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 a 6 meses**	**De 6 a 12 Meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**	**Total**
Compensação								
Contratos de futuros	**545.737**	**312.384**	**45.614**	**184.331**	**474.978**	**507.308**	**2.070.352**	3.503.459
Contratos de "*Swap*"	**63.379**	**62.657**	**105.921**	**136.609**	**213.037**	**715.062**	**1.296.665**	1.037.332
Contratos de opção	**128**	**295.000**	**296.000**	**11.580**	**-**	**-**	**602.708**	327.519
Outros instrumentos financeiros	**218.992**	**298.623**	**186.050**	**191.918**	**100.377**	**-**	**995.960**	745.264
Total – 2011	**828.236**	**968.664**	**633.585**	**524.438**	**788.392**	**1.222.370**	**4.965.685**	-
Total – 2010	2.464.940	826.893	349.476	397.271	1.113.502	461.492	-	5.613.574

Notas Explicativas

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

O saldo dos empréstimos e adiantamentos a clientes por setor industrial e a respectiva provisão são demonstrados como segue:

	2011			
	Saldo devedor	% do saldo devedor sobre o total	Provisão	Valor líquido
Consumo não-cíclico	**2.745.850**	**35,26**	**(21.979)**	**2.723.871**
Construção e transporte	**1.124.820**	**14,45**	**(19.783)**	**1.105.037**
Financeiro	**772.423**	**9,92**	**-**	**772.423**
Indústria de transformação	**727.034**	**9,34**	**(1.945)**	**725.089**
Indústria de base	**712.553**	**9,15**	**(10.070)**	**702.483**
Consumo cíclico	**496.003**	**6,37**	**(5.000)**	**491.003**
Telecomunicações e utilidades	**255.602**	**3,28**	**-**	**255.602**
Pessoa física	**252.441**	**3,24**	**(4.339)**	**248.102**
Tecnologia de informação	**31.238**	**0,40**	**(835)**	**30.403**
Outros	**668.984**	**8,59**	**(5.118)**	**663.866**
Total	**7.786.948**	**100,00**	**(69.069)**	**7.717.879**

	2010			
	Saldo devedor	% do saldo devedor sobre o total	Provisão	Valor líquido
Consumo não-cíclico	2.949.520	38,26	(19.574)	2.929.946
Construção e transporte	1.072.586	13,91	(21.111)	1.051.475
Financeiro	854.851	11,09	(15)	854.836
Indústria de transformação	710.782	9,22	(7.402)	703.380
Indústria de base	597.765	7,75	(7.567)	590.198
Consumo cíclico	423.166	5,49	(1.900)	421.266
Telecomunicações e utilidades	218.109	2,83	(221)	217.888
Pessoa física	169.307	2,20	(1.901)	167.406
Tecnologia de informação	68.823	0,89	(566)	68.257
Outros	644.452	8,36	(548)	643.904
Total	7.709.361	100,00	(60.805)	7.648.556

Os empréstimos e adiantamento a clientes são assim demonstrados de acordo com a natureza da operação:

	2011	2010
Empréstimos	**2.514.350**	2.473.166
Financiamentos – BNDES/Finame	**2.080.527**	2.336.374
Financiamentos à exportação	**727.887**	447.441
Repasses de captação externa	**102.948**	36.753
Financiamentos em moeda estrangeira	**782.180**	722.261
Títulos descontados	**21.263**	57.304
Financiamento com interveniência	**256.350**	329.520
Conta garantida	**351.079**	387.411
Aquisição de direitos creditórios	**276.884**	272.329
Financiamentos rurais e agroindustriais	**109.445**	61.840
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas	**409.080**	455.179
Títulos e créditos a receber	**23.942**	33.017
Outras operações com características de crédito	**131.013**	96.766
Total	**7.786.948**	7.709.361
Provisão	**(69.069)**	(60.805)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**7.717.879**	7.648.556

Notas Explicativas

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01, no montante de R$ 36.563 (R$ 49.889 em 2010). O efeito dessas operações no resultado do exercício de 2011 foi de R$ 488 (R$ 589 em 2010).

A provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes (veja nota 3 f) teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Saldos no início do exercício	**60.805**	63.476
Constituição do período	**50.597**	41.274
Créditos compensados como prejuízo	**(42.333)**	(43.945)
Saldos no final do exercício	**69.069**	60.805

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de créditos renegociados é de R$ 123.221 (R$ 77.719 em 2010), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 86.789 (R$ 42.828 em 2010).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 5.947 (R$ 9.156 em 2010).

O montante de operações em atraso em 31 de dezembro de 2011 era de R$ 22.816 (R$ 12.377 em 2010), representando 0,29% (0,16% em 2010) do total da carteira de empréstimo.

Veja posição de empréstimos e adiantamentos por vencimentos demonstrados na nota 26 de Gestão de Riscos.

10. Compromissos contingentes de crédito

Os saldos dos compromissos contingentes de crédito são demonstrados como segue:

	2011	2010
Compromissos contingentes de crédito (Garantias prestadas e responsabilidades)		
Fianças prestadas a clientes	**5.161.786**	3.948.662
Créditos abertos para importação	**17.600**	8.074
Créditos de Exportação Confirmados	**1.509**	2.190
Total	**5.180.895**	3.958.926

As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Não são esperadas perdas nessas operações.

O saldo dos compromissos contingentes de crédito, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

Notas Explicativas

10. Compromissos contingentes de crédito--Continuação

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Compromissos contingentes de crédito	**490.292**	**556.533**	**1.091.316**	**2.094.433**	**929.022**	**19.299**	**5.180.895**
Total – 2011	**490.292**	**556.533**	**1.091.316**	**2.094.433**	**929.022**	**19.299**	**5.180.895**
Total – 2010	321.053	602.667	795.042	1.462.063	776.324	1.777	3.958.926

11. Outros ativos

A composição de outros ativos está assim demonstrada:

	2011	2010
Créditos tributários (nota 17)	**53.775**	35.552
Carteira de câmbio	**27.519**	-
Negociação e intermediação de valores	**23.185**	21.035
Títulos e créditos a receber	**755**	1.029
Devedores por depósitos em garantia	**5.715**	370
Valores a receber por venda de ações	**3.382**	6.730
Investimentos temporários	**1.436**	1.436
Outros valores e bens	**17.359**	3.521
Despesas Antecipadas	**4.377**	75
Outros	**9.566**	2.919
Total	**147.069**	72.667

A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

Notas Explicativas

12. Captações

A composição das captações está assim demonstrada:

	2011	2010
Depósito a vista	**189.229**	183.302
Depósitos interfinanceiros	**919.010**	578.260
Depósitos a prazo	**2.207.520**	2.174.840
Outros depósitos	**-**	17
LCI – letras de créditos imobiliários	**78.340**	146.716
LCA – letras de créditos do agronegócio	**809.305**	602.435
Letras financeiras	**43.985**	7.039
Relações interdependências	**25.066**	37.651
Obrigações por empréstimos no exterior	**1.420.813**	1.345.390
Obrigações por repasses no país	**2.181.493**	2.386.734
Outros	**-**	1.535
Dívida subordinada (nota 15)	**24.605**	-
Total	**7.899.366**	7.463.919

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo, letras de créditos imobiliários (LCI) e letras de créditos do agronegócio (LCA) são efetuadas a taxas normais de mercado.

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

13. Passivos tributários

A composição dos passivos tributários está assim demonstrada:

	2011	2010
Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro, líquido do imposto de renda e contribuição social a compensar	**75.789**	32.485
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 17)	**27.177**	22.605
Impostos e contribuições a recolher	**51.994**	40.249
Provisão para riscos cíveis e fiscais	**6.516**	5.016
Total	**161.476**	100.355

Notas Explicativas

14. Outros passivos

A composição de outros passivos está assim demonstrada:

	2011	2010
Carteira de câmbio	**-**	107.530
Provisão para pagamentos a efetuar	**49.010**	42.663
Provisão para passivos contingentes	**3.461**	1.979
Receitas de exercícios futuros (comissões sobre fianças)	**21.847**	19.640
Negociação e intermediação de valores	**715**	18.103
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	**3.140**	1.459
Sociais e estatutárias	**28.820**	16.389
Outros	**5.580**	2.030
Total	**112.573**	209.793

O saldo da carteira de câmbio é representada principalmente por adiantamentos recebidos de clientes para liquidação de operações e por diferenças de taxas de câmbio a pagar decorrentes de operações de câmbio comprado e vendido a liquidar.

A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a pagar, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

15. Dívida subordinada

O Banco captou recursos no País, mediante a emissão de Certificados de Depósitos Bancários Subordinados, atualizados por 106,5% da variação do CDI, com vencimento em 2013, sendo tais depósitos aprovados pelo Banco Central do Brasil como elegível em Nível II do patrimônio de referência – PR. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo desta rubrica foi de R$ 7.649 (R$ 6.805 em 2010).

Em 08 de abril de 2010, o Banco ABC BRASIL S.A. realizou captação de recursos mediante a emissão de Notas Subordinadas no exterior no valor de US$ 300 milhões, com vencimento em abril de 2020 e juros anuais de 7.875%, pagos semestralmente. Conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2010 e nos termos da Resolução nº 3.444/2007, os referidos instrumentos de dívida subordinada integrarão o Patrimônio de Referência – Nível II da companhia pelo valor do principal atualizado da dívida contratada. O saldo das obrigações com tal emissão em 31 de dezembro de 2011 é assim composto:

Notas Explicativas

15. **Dívida subordinada**--Continuação

	2011	2010
Valor do principal líquido de deságio	**554.878**	492.034
Despesa de captação diferida (1)	**(8.981)**	(10.060)
Resultado do hedge accounting diferido	**1.850**	-
Juros provisionados	**10.094**	8.966
Subtotal	**557.841**	490.940
Ajuste a valor de mercado ("*Hedge Accounting*") – nota 3.g.I. e 8.b	**27.818**	(9.386)
Total	**585.659**	481.554

(1) A despesa de captação está sendo apropriada pró-rata dia, de acordo com o prazo da operação.

Em abril de 2011, o Banco ABC BRASIL S.A. realizou captações de recursos mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação no valor de R$ 15.406, sendo R$ 10.000 com vencimento em 2021 e juros anuais de 8,6 % e R$ 5.406 com vencimento em 2017 e juros anuais de 9,1%. Em 29 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 3.444/07, as referidas letras financeiras passam a integrar o Patrimônio de referência – Nível II da companhia. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo é de R$ 16.956.

16. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Notas Explicativas

16. **Partes relacionadas**--Continuação

			2011		2010	
Operações / Partes relacionadas	**Grau de relação**	**Prazos até**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas/ (Despesas) Exercício**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas/ (Despesas) Exercício**
Depósitos à vista						
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	S/ Vencto.	**(26)**	**-**	-	-
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencto.	**(1.764)**	**-**	(797)	-
			(1.790)	**-**	(797)	-
Depósitos a prazo						
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Acionista	26/01/2011	**-**	**-**	(707)	(70)
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	26/03/2012	**(2.905)**	**(28)**	(3.702)	(42)
			(2.905)	**(28)**	(4.409)	(112)
Obrigações por empréstimos						
- Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	29/02/2012	**(217.133)**	**(1.980)**	-	-
Dividendos e juros sobre o capital						
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	11/01/2012	**(20.759)**	**-**	(9.437)	-

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 55.917 (R$ 50.877 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo.

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício são demonstradas a seguir:

	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros	**26.946**	67.996	(59.356)	**35.586**
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	**6.760**	16.037	(5.191)	**17.606**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	**1.733**	255	(1.681)	**307**
Ajuste ao valor de mercado-disponível para venda	**80**	276	(80)	**276**
Prejuízo fiscal – base negativa de CSLL	**33**	-	(33)	**-**
	35.552	84.564	(66.341)	**53.775**
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	**(17.474)**	(20.285)	15.102	**(22.657)**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	**(1.042)**	(253)	860	**(435)**
Ajuste ao valor de mercado-disponível para venda	**(65)**	(493)	65	**(493)**
Ajuste decorrente do Regime transitório de tributação – RTT	**(4.024)**	(4)	436	**(3.592)**
	(22.605)	(21.035)	16.463	**(27.177)**
Saldo líquido	**12.947**	63.529	(49.878)	**26.598**

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A apuração da despesa com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	**329.315**	284.020
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior)	**4.275**	(2.197)
Total Resultado	**333.590**	281.823
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	**137.094**	115.467
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	**14.007**	(22.811)
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	**(6.301)**	(5.337)
Resultados de participações societárias	**-**	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 24b)	**(32.222)**	(29.042)
Efeito Anistia Lei 11.941/09	**(202)**	(270)
Outros valores	**(2.943)**	(1.540)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	**109.433**	56.467
Impostos e contribuições diferidos		
Passivos fiscais constituídos no exercício	**20.542**	22.595
Passivos fiscais realizados no exercício	**(16.397)**	(2.289)
Créditos tributários constituídos no exercício	**(82.996)**	(62.544)
Créditos tributários realizados no exercício	**64.844**	65.049
Total dos impostos e contribuições diferidos	**(14.007)**	22.811
Ajuste de exercícios anteriores	**-**	(211)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	**95.426**	79.067
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior)	**(1.710)**	879
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social considerando o imposto e contribuição sobre o resultado abrangente	**93.716**	79.946

Notas Explicativas

18. Participações nos lucros

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC BRASIL S.A. e seus empregados, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco,

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A nota 3 n) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

Programa de Anistia – Receita Federal do Brasil (RFB)

Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pelo Banco. Os principais processos que fizeram parte do programa de anistia foram: i) Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, ii) Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”) sobre receitas financeiras – Lei nº 9.718/98, iii) Contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) – alíquota de 8%, iv) Programa de integração social (“PIS”), v) IRPJ – Prejuízo fiscal inexistente e vi) Contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) – Empresa não empregadora.

Os valores a pagar referentes aos processos que fizeram parte do programa de anistia encontram-se provisionados e aguardamos posicionamento da Receita Federal para que seja efetuada a liquidação financeira dos mesmos.

Detalhamos a seguir as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas possíveis:

Notas Explicativas

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias--Continuação

Programa de Anistia – Receita Federal do Brasil (RFB)--Continuação

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª instância é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R$ 8.487, cuja chance de perda é considerada possível.

Imposto sobre operações financeiras ("IOF")

Em 1994, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de sujeitar-se ao pagamento de IOF sobre o contravalor em cruzeiros, da moeda estrangeira ingressada e destinada a empréstimo, para recolhimento em 48 horas após a liquidação dos contratos de câmbio. Atualmente as decisões em 1ª e 2ª instâncias são desfavoráveis ao Banco, sendo que aguardamos pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito de novo recurso.

O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R$ 8.830, cuja perda é considerada possível.

Imposto sobre serviços ("ISS")

Tratam-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2011. Tais valores correspondem a R$ 13.535 e a perda é considerada possível.

Programa de Integração Social ("PIS")

Afastar a exigência da contribuição para o PIS calculado com base nas Emendas Constitucionais nº 10/96, durante o período em que foi recolhida com base na LC 7/70. A exigibilidade do crédito tributário encontra-se suspensa por força de decisão favorável em 2ª instância, que confirmou a sentença concessiva da segurança. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R$ 2.260, cuja perda é considerada possível.

Notas Explicativas

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias--Continuação

Programa de Anistia – Receita Federal do Brasil (RFB)--Continuação

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos à título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 à 2008 no valor de R$ 29.066, cuja perda é considerada possível.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco era parte do polo passivo em 33 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R$ 3.461. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, figurando como autores ou réus perfazendo um valor total de R$ 23.343. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e são consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis:

a) ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R$ 8.209, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância;

b) ação envolvendo pedido de anulação de lançamento a débito realizado na conta corrente de empresa avalista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível.

Movimentação das provisões constituídas

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
No inicio do exercício	**1.979**	**4.785**	**1.575**
Constituição	**2.294**	**1.500**	**-**
Reversão	**(498)**	**-**	**-**
Baixa	**(314)**	**-**	**(1.345)**
No final do exercício	**3.461**	**6.285**	**230**

Notas Explicativas

20. Resultado de comissões e serviços

O resultado de comissões e serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010, estão assim demonstrados:

	2011	2010
Rendas de garantias prestadas	**90.683**	69.848
Rendas de tarifas com operações de crédito	**5.651**	14.082
Rendas de cobrança	**10.227**	7.495
Rendas de tarifas bancárias	**4.299**	3.931
Rendas de comissões e colocação de títulos	**14.420**	12.675
Rendas de outros serviços	**84**	117
	125.364	108.148

21. Resultado líquido de ativos e passivos financeiros

O resultado líquido de ativos e passivos financeiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010, estão assim demonstrados:

	2011		
	Valor justo por meio do resultado	**Disponíveis para venda**	**Total**
Instrumentos financeiros derivativos	**153.520**	**-**	**153.520**
Títulos e valores mobiliários	**11.741**	**122.132**	**133.873**
Dívida subordinada	**(106.115)**	-	**(106.115)**
Total	**59.146**	**122.132**	**181.278**

	2010		
	Valor justo por meio do resultado	**Disponíveis para venda**	**Total**
Instrumentos financeiros derivativos	(27.814)	-	(27.814)
Títulos e valores mobiliários	21.087	73.388	94.475
Dívida subordinada	36.566	-	36.566
Total	29.839	73.388	103.227

A alocação dos resultados dos títulos e valores mobiliários entre as categorias ‘valor justo por meio do resultado’ e ‘disponível para venda’ foram estimados a partir da média trimestral das respectivas carteiras.

Notas Explicativas

22. Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010, estão assim demonstradas:

	2011	2010
Atualização depósito judicial	**2.754**	2.142
Impostos sobre receitas operacionais - PIS/COFINS/ISS	**(31.705)**	(26.412)
Outras receitas (despesas)	**(10.386)**	(5.763)
Resultado da anistia fiscal - Lei 11.941/09	**(232)**	674
Atualização de impostos e contribuições	**(7.288)**	(6.342)
Despesa de contribuição FGC	**(3.380)**	(3.386)
Venda de ações da CETIP	**109**	80
Total	**(50.128)**	(39.007)

23. Outras despesas

As outras despesas, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010, estão assim demonstradas:

	2011	2010
Serviços técnicos especializados	**8.325**	4.681
Serviços de terceiros	**5.229**	5.149
Serviços do sistema financeiro	**7.452**	5.842
Outras despesas administrativas	**3.335**	4.588
Processamento de dados	**5.574**	3.438
Despesas de transporte	**439**	874
Despesas tributárias	**1.311**	770
Total	**31.665**	25.342

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por 135.644.240 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 67.822.120 ações ordinárias e 67.822.120 ações preferenciais.

Notas Explicativas

24. **Patrimônio líquido**--Continuação

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei apurado com base nas Demonstrações Financeiras individuais do Banco.

Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi deliberada pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei 9.249/95, os quais são assim resumidos:

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
31/03/2011	**18.823**	**7.529**
30/06/2011	**20.168**	**8.067**
30/09/2011	**20.122**	**8.049**
29/12/2011	**21.442**	**8.577**
Total – 2011	**80.555**	**32.222**
31/03/2010	17.479	6.992
30/06/2010	17.479	6.992
30/09/2010	18.823	7.529
30/12/2010	18.822	7.529
Total – 2010	72.603	29.042

c) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de ações em circulação na data do balanço.

O Banco não possui ações ordinárias negociadas em bolsa.

d) Destinação dos lucros

i) *Reserva de lucros - Equalização de dividendos*

Notas Explicativas

24. **Patrimônio líquido**--Continuação

d) Destinação dos lucros --- Continuação

Por deliberação dos acionistas, através de Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados apurados no balanço individual do Banco, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

ii) *Reserva de Lucros – Recompra de ações*

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

e) Ações em tesouraria

Em 9 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 3.803.483 ações preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. A aquisição das ações terá por finalidade a permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o artigo 19, alínea “m”, do Estatuto Social e Instrução CVM nº 10/80, alterada pelas Instruções CVM nº 268/97 e nº 390/03.

No exercício foram recompradas 437.900 ações preferenciais, totalizando 1.630.701 ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2011 o valor total das ações em tesouraria é de R$ 10.997 (R$ 6.858 em 2010).

25. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos

Risco corporativo

Objetivos

O Banco entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco.

Para tanto, mantém estruturas dedicadas às atividades de gestão de risco, que avaliam, monitoram e informam tanto o risco assumido, quanto o apetite de risco da organização, propondo medidas que reforcem a execução dos processos, corrijam falhas e coíbam práticas não condizentes com os padrões exigidos. Destarte, objetiva também atender às Resoluções nºs 2.804, 3.380, 3.464 e 3.721 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades das estruturas de gestão de risco de liquidez, operacional, de mercado e de crédito, respectivamente.

O arcabouço desenvolvido orienta-se para a realização de objetivos que são atingidos por meio de ações que permitam:

- Alinhar o apetite por risco e a estratégia adotada;
- Tomar decisões em resposta aos riscos;
- Reduzir surpresas e prejuízos operacionais;
- Identificar e administrar riscos inerentes aos empreendimentos;
- Fornecer respostas integradas aos diversos riscos;
- Aproveitar as oportunidades;
- Melhorar a alocação de capital.

A Gestão do Risco Corporativo é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito e nas áreas de *Compliance* e Auditoria, que respondem disciplinarmente à Presidência.

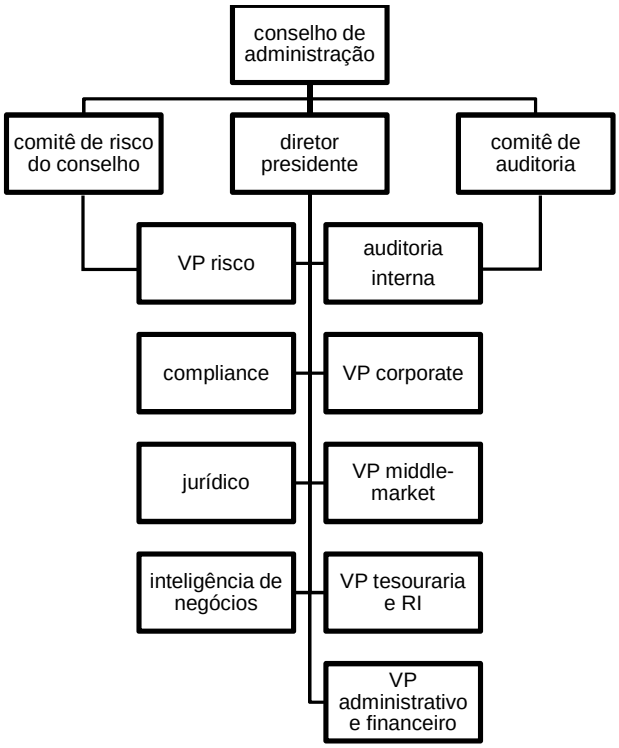
Governança

O Banco, empresa de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, no nível II, considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro de padrões éticos aceitos e recomendados.

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada e outros comitês operacionais.



O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

As políticas de gestão de risco estão divulgadas em página interna (intranet), onde as normas estão publicadas e acessíveis a todos os colaboradores do Banco.

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar duas estruturas independentes para a concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito para os clientes em geral e do Comitê Financeiro para os do setor financeiro, até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atributo das Áreas de Crédito – *Corporate* e *Middle-Market* – no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte das Áreas Operacionais para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco de Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

O modelo de negócio do Banco ABC Brasil, focado em empréstimos, financiamentos, prestação de garantias e instrumentos derivativos com clientes de médio e grande porte, conta com uma estrutura que se incumbe de todo o ciclo da gestão de crédito, incluindo de forma não exaustiva:

- Avaliação de novos clientes;
- Revisão de créditos já concedidos;
- Avaliação de novos produtos;
- Adequação dos produtos a seus clientes-alvo;
- Acompanhamento de concentrações;
- Liberação de operações dentro das condições aprovadas;
- Identificação tempestiva de debilidade na situação econômico-financeira de clientes;
- Análise do impacto de mudanças conjunturais na qualidade da carteira;
- Adequação das garantias prestadas por clientes;
- Cobrança dos valores devidos;

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

- Ações, amigáveis ou não, de cobrança;
- Administração das garantias coletadas.

Critérios de gestão de crédito

A gestão de risco de crédito congrega todas as atividades decorrentes desde a aprovação das linhas de crédito até a quitação; incluindo a contabilização, a alocação de capital econômico e regulatório e a emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

- A gestão do risco de crédito faz-se tanto pela ótica dos processos, quanto dos produtos;
- O processo de aprovação de crédito para clientes novos ou existentes depende da autoridade e da responsabilidade definidas para as pessoas, áreas e comitês envolvidos;
- O processo de concessão de crédito é regido por normas próprias para a carteira de Corporate e a de Middle, levando em conta as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, mudanças em produtos e concentrações setoriais ou geográficas;
- O risco de crédito é avaliado tanto pelos seus próprios méritos, quanto pelo efeito mitigador de garantias;
- Também se avalia a efetividade da transferência de risco de crédito no caso de aquisição e venda de carteiras, seguros, garantias ou derivativos de crédito;
- Os limites são estabelecidos por cliente e por grupo financeiro para todas as exposições de risco de crédito, incluindo risco de contraparte, liquidação (settlement) e emissor, tanto das carteiras de negociação, quanto de não negociação;
- Há processos e ferramentas específicas para a administração das carteiras de crédito e para o monitoramento individual dos clientes, incluindo a determinação adequada de provisões e reservas, e processos de atribuição e acompanhamento de rating;
- Há mecanismos de monitoramento dos riscos, da qualidade e da concentração das carteiras, que são usados na elaboração de cenários de estresse e de relatórios específicos;
- O risco de contraparte advindo de alterações nas variáveis de risco de mercado é identificado e sujeito a análises periódicas;

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

- Existe um processo formalizado de tratamento de créditos problemáticos, indicando responsáveis e a classificação dos casos de acordo com o estágio de cobrança;
- Todas as posições sujeitas a risco de crédito são acompanhadas, incluindo aquelas fora do balanço (‘off balance’), que são registradas pelo risco atribuído, levando em conta a probabilidade e o impacto da materialização do direito de recebimento do banco;
- Linhas de crédito de grande porte são aprovadas pelo Comitê de Risco do Conselho, que define também as alçadas da Administração local;
- Créditos proibidos constam de lista específica e estão de acordo com as políticas de prevenção a lavagem de dinheiro;
- Produtos novos são analisados levando-se em conta tanto o risco que traz ao banco, quanto ao cliente, de acordo com suas necessidades e sofisticação;
- As áreas envolvidas na gestão e monitoramento do risco de crédito são independentes das áreas de negócio e contam com a estrutura necessária para a execução de suas atividades;
- A verificação independente dos créditos é feita regularmente por trabalhos de auditoria, que são encaminhados ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria.

Fluxo de aprovação e análise de crédito

A aprovação de crédito começa com a visita das Áreas Comerciais à empresa/cliente. Se o cliente apresentar o perfil desejado pelo banco, o gerente de relacionamento prepara uma proposta para análise do Departamento de Crédito e coleta o material informativo necessário.

De posse da proposta, o Departamento. de Crédito contata e visita a empresa e prepara uma recomendação de crédito. Esta é discutida e, se considerada ajustada ao apetite de risco do Banco, levada ao Comitê de Crédito.

A aprovação pelo Comitê, que se reúne semanalmente, deve ser unânime e documentada. Depois disto, os limites aprovados são registrados no sistema de controle de crédito.

Rating

O Banco ABC Brasil trabalha com uma escala de *rating* aplicada aos clientes, complementada pelo *rating* de cada operação individual. A primeira advém de fatores

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

quantitativos e qualitativos referentes ao cliente e levam em conta o setor, a qualidade da gestão, o posicionamento no mercado, o suporte de controladores, a qualidade das informações disponíveis e os números dos demonstrativos financeiros. Para o *rating* da operação, considera-se adicionalmente o efeito das garantias associadas.

Monitoramento de crédito e garantias

O enquadramento das exposições de crédito é monitorado constantemente por sistemas dedicados. O mesmo é válido para as garantias, que conta, além disso, com equipe especializada para o acompanhamento do grau de cobertura. O Comitê de Garantias reúne-se com o objetivo de discutir, reportar e solucionar problemas de deficiência ou qualidade das garantias aportadas.

Risco atribuído

As operações de derivativos utilizam as linhas de crédito aprovadas especificamente para elas em montantes relacionados a uma proporção do valor nocional. Esta decorre do prazo da operação e da volatilidade dos fatores de risco envolvidos. O recálculo diário garante que choques de volatilidade, valores pagos e redução do prazo sejam levados em consideração.

Processo de recuperação de crédito

O Banco conta com processos específicos para recuperação ágil dos créditos em inadimplemento, contando também com estrutura dedicada. As áreas de Crédito, Comercial, Jurídica, além dos Comitês de Crédito e das Vice-Presidências, são diretamente envolvidas e a resolução dos problemas é monitorada dentro das especificidades de cada caso.

Responsabilidade dos comitês

- *Comitê de Risco do Conselho*: responsável pela aprovação da estrutura de gestão de risco de crédito e pelas de linhas acima da alçada dos Comitês de Crédito locais;
- *Comitê de Crédito – Corporate*: responsável pela aprovação dos créditos para os clientes corporativos até sua alçada e pela ratificação do *rating* atribuído aos clientes e às operações – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

membros, que inclui os gestores das áreas de Crédito, Comercial e a Presidência e Vice-Presidências;

- *Comitê de Crédito – Middle-Market*: responsável pela aprovação dos créditos para os clientes do *middle-market* até sua alçada e pela ratificação do r*ating* atribuído aos clientes e às operações – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros, que inclui os gestores das áreas de Crédito, Comercial e a Presidência e Vice-Presidências;
- *Comitê Financeiro*: igual ao Comitê de Crédito-Corporate, mas dirigido aos créditos de instituições financeiras;
- *Comitê de Operações Sindicalizadas*: responsável pela aprovação dos limites para operações de subscrição*;*
- *Comitê de PDD*: discute e valida as atribuições de valores de provisionamento para todas as operações do banco, reavaliando também o *rating* por conta da faixa de atraso, garantias aportadas, ou fatos relevantes que impactem a capacidade de repagamento do cliente;
- *Outros Comitês*: Comitê de Garantias e Comitê de BNDU

Concentração de crédito

a) *Concentração setorial*

O acompanhamento gerencial da concentração setorial é baseado em classificação que leva em conta o grau de correlação das atividades de cada setor com o ciclo econômico levando-se em conta as necessidades e a realidade do Banco. A exposição é monitorada pelas áreas de Gestão de Risco e de Concessão de Crédito, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, tanto para a carteira de Corporate, quanto de Middle-Market. É baseada na concentração da carteira de crédito e antecipações e nas garantias concedidas.

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

31/12/2011 (valores em R$ milhão)	total		corporate		middle	
	valor	%	valor	%	valor	%
indústria de base	**1.187**	**9,2**	**895**	**8,1**	**292**	**15,3**
indústria de transformação	**875**	**6,8**	**609**	**5,6**	**266**	**14,0**
construção e transporte	**2.222**	**17,2**	**1.877**	**17,1**	**345**	**18,1**
consumo não cíclico	**3.156**	**24,5**	**2.727**	**24,8**	**429**	**22,5**
consumo cíclico	**782**	**6,1**	**428**	**3,9**	**354**	**18,6**
tecnologia da informação	**74**	**0,6**	**66**	**0,6**	**8**	**0,4**
telecomunicações e utilidades	**1.283**	**10,0**	**1.275**	**11,6**	**8**	**0,4**
Financeiro	**2.084**	**16,2**	**2.002**	**18,2**	**82**	**4,3**
pessoa física	**274**	**2,1**	**265**	**2,4**	**9**	**0,4**
Outros	**962**	**7,3**	**849**	**7,7**	**113**	**5,9**
total	**12.899**	**100,0**	**10.993**	**100,0**	**1.906**	**100,0**

31/12/2010 (valores em R$ milhão)	total		Corporate		middle	
	valor	%	valor	%	valor	%
indústria de base	996	8,6	824	8,2	172	11,3
indústria de transformação	796	6,9	561	5,6	235	15,3
construção e transporte	1.902	16,4	1.650	16,4	252	16,4
consumo não cíclico	3.104	26,7	2.732	27,1	372	24,3
consumo cíclico	561	4,8	264	2,6	297	19,4
tecnologia da informação	115	1,0	103	1,0	12	0,8
telecomunicações e utilidades	1.129	9,7	1.119	11,1	10	0,7
financeiro	1.942	16,7	1.874	18,6	68	4,4
pessoa física	193	1,7	185	1,8	8	0,5
outros	870	7,5	765	7,6	105	6,9
total	11.608	100,0	10.077	100,0	1.531	100,0

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

b) *Concentração geográfica*

A atividade principal do Banco são créditos a empresas de médio e grande porte no Brasil. A exposição ao risco de outros países não é relevante.

c) *Concentração de risco de crédito por classe de instrumento financeiro*

	(valor em R$ milhões)	
	2011	**2010**
Valor a receber de bancos	**994**	845
Instrumentos financeiros	**1.355**	1.094
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**7.718**	7.649
Subtotal	**10.067**	9.588
Garantias prestadas e responsabilidades	**5.181**	3.959
Total	**15.248**	13.547

Qualidade da carteira de crédito

A carteira de empréstimos e adiantamentos à clientes por qualidade de crédito está representada abaixo. São considerados créditos de alta qualidade aqueles classificados entre os ratings 1 a 5. O rating 6 apresenta qualidade padrão. Aqueles situados entre 7 e 11 qualificam-se como sub-padrão. No fim de 2011 e 2010, a carteira classificada como sub-padrão era coincidente com aquela em que a administração identifica a probabilidade de problema de redução no valor recuperável

	(valor em R$ milhões)	
	2011	**2010**
Alta qualidade	**6.747**	6.890
Qualidade padrão	**785**	595
Qualidade sub-padrão	**163**	152
Créditos em atraso	**23**	12
total	**7.718**	7.649

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

Cobertura de garantias:

A carteira total de operações de credito totaliza R$ 12.899 milhões em 31 de Dezembro de 2011, sendo que 65,5% dessa carteira não possuem garantias. Para a parcela de R$ 4.455 Milhões ou 34% da carteira, o Banco possui garantias reais contratadas (principalmente composta por alienação fiduciária de bens, recebíveis e imóveis) no total de R$ 5.771 milhões.

Risco de liquidez

Descrição

O risco de liquidez apresenta-se basicamente de duas formas:

- *Risco de funding*: relativo ao acesso a fundos para honrar obrigações ou expansão das atividades; apresenta uma componente temporal definida pela ocorrência de desequilíbrios entre entrada e saídas de recursos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações;

- *Risco de liquidez de mercado*: relativo à capacidade de atuar nos mercados, sem provocar grandes deslocamentos de preço ou taxa.

A gestão do risco de liquidez é exercida pelo Comitê Financeiro, composto pelo Presidente e Vice-Presidentes Executivos e os gestores da Tesouraria, Análise de Crédito, Gestão de Riscos, Captação e Informações Gerenciais. A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra, dentro dos limites determinados para sua atuação, a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos entre entradas e saídas no tempo. Conta com o suporte da Área de Gestão de Risco, que monitora os níveis aceitáveis de liquidez no presente e futuro e da Área de Planejamento Financeiro, que concentra as informações para o controle das posições de caixa. Os relatórios diários gerados são enviados à Tesouraria, à Diretoria Executiva, à Auditoria Interna e, inclusive, às Áreas de Gestão de Risco do acionista controlador. Semanalmente, o Comitê Financeiro reavalia a estratégia para o período seguinte.

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

Risco de liquidez --- Continuação

Ferramentas

- *Colchão de liquidez*: a posição de caixa deve ser suficiente para suportar uma situação de estresse severo pelo tempo necessário para atitudes tomadas fazerem efeito. O Comitê Financeiro define tal período em número de meses e garante que o caixa se mostre superior ao valor calculado. O modelo leva em conta os passivos vincendos, resgate de aplicações, perda de valor de títulos públicos, chamada de margens, a taxa de renovação de ativos e outros;
- *Mapa de fluxo de caixa*: indica a evolução da posição de caixa em faixas de tempo, servindo para avaliação do comportamento por produto ou tipo de cliente e a adequação do perfil temporal das captações para financiar as carteiras ativas do banco;
- *Plano de contingência de liquidez*: plano que indica as ações a serem tomadas na gestão das carteiras, nas atividades da Tesouraria, na elaboração de relatórios, na gestão de crise e outras situações; considera diferentes cenários e, em cada um deles, diversos graus de severidade

27. Gestão de riscos--Continuação

Risco de liquidez --- Continuação

Ferramentas

	2011							
Ativos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Caixa e reserva no Banco Central do Brasil	**74.166**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**74.166**
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**39.132**	**39.340**	**29.483**	**16.204**	**14.634**	**62.900**	**-**	**201.693**
Títulos e Valores Mobiliários	**66**	**-**	**24.159**	**5.758**	**-**	**62.732**	**-**	**92.715**
Derivativos	**39.066**	**39.340**	**5.324**	**10.446**	**14.634**	**168**	**-**	**108.978**
Outros Ativos ao valor justo no resultado	**993.587**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**993.587**
Valores a receber de bancos	**993.587**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**993.587**
Operações Compromissadas	**403.157**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**403.157**
Depósitos em Bancos Privados	**590.430**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**590.430**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**1.459**	**1.483**	**5.964**	**68.707**	**1.058.930**	**16.766**		**1.153.309**
Títulos e Valores Mobiliários	**1.459**	**1.483**	**5.964**	**68.707**	**1.058.930**	**16.766**		**1.153.309**
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	**632.848**	**1.220.015**	**1.331.924**	**1.723.056**	**2.757.799**	**52.237**	**-**	**7.717.879**
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	**-**	**-**	**-**		**-**	**84.033**	**-**	**84.033**
Outros Ativos	**147.069**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**147.069**
Imobilizado de uso e intangível	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**20.162**	**20.162**
Total de Ativos	**1.888.260**	**1.260.838**	**1.367.371**	**1.807.967**	**3.831.363**	**215.936**	**20.162**	**10.391.898**

26. Gestão de riscos--Continuação

Risco de liquidez --- Continuação

Ferramentas

	2011							
Passivos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**5 a 10 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Passivos Financeiros para Negociação	**43.199**	**37.239**	**5.838**	**3.252**	**3.600**	**80**	**-**	**93.208**
Derivativos	**43.199**	**37.239**	**5.838**	**3.252**	**3.600**	**80**	**-**	**93.208**
Outros Passivos Financeiros ao valor justo no resultado	**-**	**-**	**10.094**	**-**	**-**	**575.565**	**-**	**585.659**
Divida Subordinada	**-**	**-**	**10.094**	**-**	**-**	**575.565**	**-**	**585.659**
Passivos Financeiros ao custo amortizado	**1.336.508**	**1.436.241**	**1.579.398**	**1.721.000**	**1.803.270**	**22.949**	**-**	**7.899.366**
Captações	**1.336.508**	**1.436.241**	**1.579.398**	**1.721.000**	**1.803.270**	**22.949**	**-**	**7.899.366**
Valores a pagar a bancos	**564.576**	**810.874**	**1.079.392**	**789.426**	**343.294**	**5.993**	**-**	**3.593.555**
Clientes	**771.932**	**625.367**	**500.006**	**931.574**	**1.452.327**	**-**	**-**	**4.281.206**
Dívida Subordinada	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.649**	**16.956**	**-**	**24.605**
Outros Passivos	**274.049**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**274.049**
Tributários	**161.476**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**161.476**
Outros	**112.573**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**112.573**
Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.539.616**	**1.539.616**
Total de Passivos e Patrimônio Líquido	**1.653.756**	**1.473.480**	**1.595.330**	**1.724.252**	**1.806.870**	**598.594**	**1.539.616**	**10.391.898**

26. Gestão de riscos--Continuação

Ferramentas

	2010							
Ativos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Caixa e reserva no Banco Central do Brasil	70.192	-	-	-	-	-	-	70.192
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.808	60.307	19.565	10.467	46.137	44.761	-	189.045
Títulos e Valores Mobiliários	315	-	-	5.973	37.655	44.428	-	88.371
Derivativos	7.493	60.307	19.565	4.494	8.482	333	-	100.674
Outros Ativos ao valor justo no resultado	844.076	-	-	-	-	-	-	844.076
Valores a receber de bancos	844.076	-	-	-	-	-	-	844.076
Operações Compromissadas	458.025	- -	- -	- -	- -	-	-	458.025
Depósitos em Bancos Privados	386.681	- -	- -	- -	- -	-	-	386.681
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	1.290	78.984	31.371	793.479	-	-	905.124
Títulos e Valores Mobiliários	-	1.290	78.984	31.371	793.479	-	-	905.124
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes.	460.769	658.057	853.802	1.009.016	4.253.525	413.387	-	7.648.556
Outros Ativos	72.667	-	-	-	-	-	-	72.667
Imobilizado de uso e intangível	-	-	-	-	-	-	15.932	15.932
Total de Ativos	1.456.142	719.654	952.351	1.050.854	5.093.141	458.148	15.932	9.746.222

26. Gestão de riscos--Continuação

Ferramentas

	2010							
Passivos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**5 a 10 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Passivos Financeiros para Negociação	6.135	46.263	15.426	10.688	3.679	-	-	82.191
Derivativos	6.135	46.263	15.426	10.688	3.679	-	-	82.191
Outros Passivos Financeiros ao valor justo no resultado	-	-	-	8.966	-	472.588	-	481.554
Divida Subordinada	-	-	-	8.966	-	472.588	-	481.554
Passivos Financeiros ao custo amortizado	889.155	1.240.694	1.205.119	1.271.383	2.573.207	291.166	-	7.470.724
Captações	889.155	1.240.694	1.205.119	1.271.383	2.573.207	291.166	-	7.470.724
Valores a pagar a bancos	398.077	819.108	683.023	718.519	314.556	-	-	2.933.283
Clientes	491.078	421.586	522.096	552.864	2.251.846	291.166	-	4.530.636
Dívida Subordinada	-	-	-	-	6.805	-	-	6.805
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	-	-	-	-	-	15.804	-	15.804
Outros Passivos	310.148	-	-	-	-	-	-	310.148
Tributários	100.355	-	-	-	-	-	-	100.355
Outros	209.793	-	-	-	-	-	-	209.793
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	1.385.801	1.385.801
Total de Passivos e Patrimônio Líquido	1.205.438	1.286.957	1.220.545	1.291.037	2.576.886	779.558	1.385.801	9.746.222

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

Risco de mercado

Descrição

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas. Incluem-se neste conceito os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado é exercida utilizando-se de informações internas que a Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle e monitora a exposição das carteiras, provê diariamente à Administração, à Tesouraria e a membros do Comitê Financeiro.

A Área de Gestão de Riscos, adicionalmente, elabora relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, devendo também divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão do risco de mercado e também participar do processo de aprovação de novos produtos ou atividades.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições das carteiras de negociação e de não negociação dentro dos limites determinados para sua atuação. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte, devendo sempre garantir que os limites estejam adequados ao apetite de risco e à conjuntura dos mercados e agir de imediato em caso de desenquadramento.

O apetite de risco é expresso na forma de limites, que são aprovados para cada ano-calendário, ou para períodos mais curtos se necessário; as instâncias aprovadoras são o Comitê Financeiro, o Comitê de Risco de Conselho e o *Asset and Liability Committee* e o *Board Risk Committee* do *Arab Banking Corporation*.

A estrutura de gestão do risco de mercado segue os padrões de governança do Banco. O reporte da Tesouraria é tal que garante independência em relação a outras áreas de negócio. O mesmo se dá com a Vice-Presidência de Gestão de Riscos, que reporta disciplinarmente ao Diretor Presidente e funcionalmente ao Comitê de Risco do Conselho.

Notas Explicativas

25. Gestão de riscos--Continuação

Risco de mercado --- Continuação

Ferramentas

As principais ferramentas usadas na gestão do risco de mercado são:

- *Valor-ao-Risco (VaR ou "Value-at-Risk")*: Indicador que mede o valor em unidades monetárias da maior perda que uma carteira pode sofrer em dado período para um nível de confiança estatístico predeterminado. Pode ser calculado de diversas formas, mas basicamente leva em conta a distribuição de retornos das carteiras. A grande vantagem do indicador é permitir a comparação do risco de classes de ativos diferentes, levar em conta a correlação entre seus retornos e ser uma medida simples para estabelecimento de limites de exposição. Os relatórios diários gerados mostram o cálculo do VaR para os diversos fatores de risco e os diversos prazos (no caso de taxa de juros), ajudando na identificação de concentração de riscos nas carteiras e orientando as ações mais efetivas de gerenciamento da exposição. Posições devidamente hedgeadas, portanto, contribuem pouco para a magnitude do VaR, mesmo em mercados com alta volatilidade. O cálculo baseia-se em um modelo de VaR histórico com janela de observação de um ano, período de retenção de um dia e nível de confiança de 99%. O VaR, porém, como mencionado no item "testes de estresse" abaixo, desconsidera o impacto de eventos extremos, resultante de choques fortes que causem mudanças abruptas de preços e alteração no padrão de correlação de retornos.

- *Análise de sensibilidade (DV01)*: Indicador de renda fixa,mostra o ganho ou perda resultante do deslocamento paralelo de 1bp *(basis-point)* na estrutura a termo de taxa de juros. Também serve para indicar concentração de risco, levando em conta que o efeito da mudança dos juros é mais acentuado para prazos mais longos.

- *Testes de estresse*: Resultado da aplicação de cenários de crise nas carteiras. Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos. Tais cenários devem levar em conta a variação dos preços em um período de tempo adequado para considerar tanto o efeito acumulado dos choques, quanto o necessário à reversão ou hedge das posições de risco. Permite que se leve em conta eventos extremos, mas factíveis, que estariam na cauda das curvas de distribuição de retornos, já que esta é desconsiderada no cálculo de VaR.

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos --- Continuação

Risco de mercado --- Continuação

- *Testes de aferição ("Back-testing")*: Testes em que se comparam os retornos diários das carteiras com as perdas máximas previstas pelo VaR com um dado nível de confiança. Por exemplo, se o VaR for com nível de confiança de 99%, nos restantes 1% das vezes a perda ocorrida deve ser menor que o VaR calculado. O objetivo é se verificar a aderência do modelo usado para os cálculos de VaR.

  O valor calculado manteve-se dentro dos limites aprovados e apresentou o comportamento conforme segue:

	Médio	Máximo	Mínimo
2011	**2.589**	**8.707**	**1.148**
2010	4.973	7.843	1.229

O Banco divulga também quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para as classes de risco de mercado considerados relevantes pela administração advindos de instrumentos financeiros, em atendimento a instrução de autoridades reguladoras (Instrução CVM nº 475). O quadro abaixo demonstra, na avaliação da administração, tanto o cenário mais provável, quanto dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e a alocação de capital segundo as regras de Basiléia II. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nestas mesmas variáveis. Tomou-se como base para a análise de cenários a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxa de juros e de câmbio em 31 de dezembro de 2011.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxa de Juros			
Exposição liquida de Juros Pré - fixados (Pjur1)	**982**	**2.960**	**4.825**
Exposição liquida de Cupons de moeda (Pjur2)	**3.547**	**4.336**	**5.140**
Exposição liquida de Cupons de índices (Pjur3)	**3.743**	**5.395**	**6.793**
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 26)	**8.272**	**12.691**	**16.758**
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição comprada a taxas de Câmbio	**18.756**	**14.067**	**9.378**

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

Risco de mercado --- Continuação

Com respeito ao risco de taxa de juros da Carteira de Não negociação (Banking Book), o Banco aplica testes para garantir que a alocação de capital seja também suficiente para a cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, em 31 de dezembro de 2011, demonstravam uma exposição de R$ 31.073. Esta resultado cálculo do VaR da exposição a taxa de juros com período de retenção de 1 ano. Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita logo anteriormente.

Risco Operacional

Descrição

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica de risco e como tal deve ser gerenciada. Sua abrangência deve compreender toda a instituição, envolvendo para tanto todos seus colaboradores, e considerar seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. O risco operacional contempla os riscos legais e conta com o suporte de uma Área Jurídica própria, que administra o apoio de escritórios de advocacia contratados. Exclui, no entanto, o risco estratégico e de reputação.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. É rotineiramente monitorada em âmbito corporativo por auditorias internas e externas e pelo Comitê de Risco Operacional, constituído para este fim. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

A gestão de riscos operacionais está estruturada em três linhas de defesa. A primeira é a atuação do próprio gestor das áreas responsáveis pelos processos, sistemas ou produtos. Em segundo lugar, os riscos são mapeados, juntamente com seus controles e mitigadores, e acompanhados pela Área de Gestão de Riscos. Por fim, a Auditoria posiciona-se como a última instância de monitoramento, tanto das áreas operacionais, de negócios ou de suporte, quanto das outras áreas de controle e gestão de risco.

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos--Continuação

Risco Operacional --- Continuação

Metodologia

O modelo de gestão do Risco Operacional prevê:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional por meio de instrumentos e sistemas de gestão;
- Mapeamento de processos de forma padronizada e organizada com base na estrutura da organização;
- Mapeamento de risco e controles estruturado de forma sistemática para cada processo mapeado (Matriz de Risco e Controle);
- Avaliação dos riscos e controles de acordo com metodologia interna da instituição e suporte de sistema eletrônico dedicado;
- Indicadores-chave de risco;Bases de dados de perdas e de incidentes de risco operacional,
- Comunicação do risco operacional através dos instrumentos de gestão, sistemas ou fóruns específicos.

Notas Explicativas

28. Demonstração do valor adicionado

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	2011	2010
Receita líquida de juros	**454.032**	345.661
Resultado de comissões e serviços	**125.364**	108.148
Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	**181.278**	103.227
Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	**(90.423)**	7.131
Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	**(44.650)**	(32.118)
Outras despesas administrativas	**(22.521)**	(15.866)
Outras despesas operacionais	**(50.128)**	(39.007)
Valor adicionado	**552.952**	477.176
Valor adicionado a distribuir	**552.952**	477.176
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	**166.180**	144.495
Despesas de pessoal	**68.884**	62.090
Benefícios, encargos sociais e treinamento (exceto INSS)	**27.898**	17.304
Participações nos lucros	**69.398**	65.101
Remuneração do governo	**151.173**	128.606
Previdência social – INSS	**17.174**	14.501
Despesas tributárias (exceto IR e CSLL)	**40.283**	34.160
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	**93.716**	79.945
Remuneração dos acionistas	**235.599**	204.075
Juros sobre o capital próprio (nota 24.b)	**80.555**	72.603
Lucros retidos	**155.044**	131.472
Valor distribuído	**522.952**	477.176

A demonstração do valor adicionado não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

Notas Explicativas

28. Limite operacional – Acordo da Basiléia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basiléia para 31 de dezembro de 2011 é de 15,62% (16,04% em 2010). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido – PRE pela nova forma de cálculo:

	2011	2010
Risco de crédito	**1.378.787**	1.196.237
Taxa de juros	**8.272**	2.180
Commodities	**2.445**	-
Risco operacional	**69.960**	64.622
Ações	**274**	371
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	**1.459.738**	1.263.410
Patrimônio de Referência – PR	**2.072.475**	1.841.810
Excesso de patrimônio em relação ao limite	**612.737**	578.400

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1) - POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Banco ABC BRASIL S.A.					**Posição em 31/12/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
Capital Research & Management Co. (3)	-	-	4.233.000	6,24	4.233.000	3,12
Fidelity (3)	-	-	4.010.000	5,91	3.849.300	2,96
Ações em tesouraria	-	-	1.630.701	2,41	1.500.601	1,20
Outros	8.027.982	11,84	40.089.140	59,11	48.407.922	35,47
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima					**Posição em 31/12/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Arab Banking Corporation (B.S.C.) (1)	2.162.154.494	100,00	-	-	2.162.154.494	100,00
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	**2.162.154.494**	**100,00**	**-**	**-**	**2.162.154.494**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Banco ABC BRASIL S.A.					**Posição em 30/09/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
Capital Research & Management Co. (3)	-	-	4.233.000	6,24	4.233.000	3,12
Fidelity (3)	-	-	3.849.300	5,68	3.849.300	2,84
Ações em tesouraria	-	-	1.500.601	2,21	1.500.601	1,11
Outros	8.027.982	11,84	40.379.940	59,54	48.407.922	35,69
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima					**Posição em 30/09/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Arab Banking Corporation (B.S.C.) (1)	2.162.154.494	100,00	-	-	2.162.154.494	100,00
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	**2.162.154.494**	**100,00**	**-**	**-**	**2.162.154.494**	**100,00**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Banco ABC BRASIL S.A.					**Posição em 30/06/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
Fidelity (3)	-	-	6.891.400	10,16	6.891.400	10,16
Capital Research & Management Co. (3)	-	-	4.233.000	6,24	4.233.000	3,12
Gartmore Investment (2)	-	-	3.267.599	4,82	3.267.599	2,41
Ações em tesouraria	-	-	1.192.801	1,76	1.192.801	0,88
Outros	8.027.982	11,84	34.378.041	50,69	42.406.023	31,26
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima					**Posição em 30/06/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Arab Banking Corporation (B.S.C.) (1)	2.162.154.494	100,00	-	-	2.162.154.494	100,00
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	**2.162.154.494**	**100,00**	**-**	**-**	**2.162.154.494**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Banco ABC BRASIL S.A.					**Posição em 31/03/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
Tito Enrique da Silva Neto	1.747.873	2,58	-	-	1.747.873	1,29
Fidelity (3)	-	-	8.816.829	13,00	8.816.829	6,50
Capital Research & Management Co. (3)	-	-	4.233.000	6,24	4.233.000	3,12
Gartmore Investment (2)	-	-	3.614.299	5,33	3.614.299	2,66
Ações em tesouraria	-	-	1.192.801	1,76	1.192.801	0,88
Outros	6.280.109	9,26	32.105.912	47,34	38.386.021	28,30
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima					**Posição em 31/03/2011**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Arab Banking Corporation (B.S.C.) (1)	2.162.154.494	100,00	-	-	2.162.154.494	100,00
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	**2.162.154.494**	**100,00**	**-**	**-**	**2.162.154.494**	**100,00**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Banco ABC BRASIL S.A.					**Posição em 31/12/2010**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	58.046.264	85,59	17.859.279	26,33	75.905.543	55,96
Tito Enrique da Silva Neto	3.495.747	5,15	1.172.644	1,73	4.668.391	3,44
Fidelity (3)	-	-	8.816.729	13,00	5.550.675	4,09
Gartmore Investment (2)	-	-	2.467.039	3,64	4.077.599	3,01
Capital Research & Management Co. (3)	-	-	3.740.000	5,51	3.740.000	,76
Ações em tesouraria	-	-	1.192.801	1,76	1.192.801	0,88
Outros	6.280.109	9,26	32.573.628	48,03	40.509.231	29,86
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima					**Posição em 31/12/2010**	
					Em unidades de Ações	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Arab Banking Corporation (B.S.C.) (1)	2.162.154.494	100,00	-	-	2.162.154.494	100,00
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	**2.162.154.494**	**100,00**	**-**	**-**	**2.162.154.494**	**100,00**

(1) - Os principais acionistas do Arab Banking Corporation são:

Central Bank of Libya – 59,4%;
Kuwait Investment Authority – 29,7%;

Pelo fato de os acionistas serem entidades governamentais e o restante estar em bolsa de valores, justifica-se a impossibilidade de informar as participações societárias até o nível de pessoa física.

(2) – Acionista com sede no exterior.

(3) – Fundo de Investimento.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2) - POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2011						
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Controlador	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
						0,00
Administradores:						0,00
Conselho de Administração	1.748.054	2,58	61	0,00	1.748.115	1,29
Diretoria	6.279.869	9,26	3.006.745	4,43	9.286.614	6,85
Ações em Tesouraria	0	0,00	1.630.701	2,41	1.630.701	1,20
Outros Acionistas	59	0,00	45.325.334	66,83	45.525.393	33,41
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**
Ações em Circulação	**0**	**0,00**	45.337.093	66,85	45.337.240	33,42

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/09/2011						
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Controlador	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
						0,00
Administradores:						0,00
Conselho de Administração	1.748.054	2,58	61	0,00	1.748.115	1,29
Diretoria	6.279.869	9,26	3.125.086	4,61	9.404.955	6,93
Ações em Tesouraria	0	0,00	1.500.601	2,21	1.500.601	1,11
Outros Acionistas	59	0,00	45.337.093	66,85	45.337.152	33,42
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**
Ações em Circulação	**0**	**0,00**	45.337.093	66,85	45.337.240	33,42

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/06/2011						
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Controlador	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
						0,00
Administradores:						0,00
Conselho de Administração	1.748.054	2,58	61	0,00	1.748.115	1,29
Diretoria	6.279.869	9,26	2.785.292	4,11	9.065.161	6,68
Ações em Tesouraria	0	0,00	1.192.801	1,76	1.192.801	0,88
Outros Acionistas	59	0,00	45.984.687	67,8	45.984.746	33,90
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**
Ações em Circulação	**0**	**0,00**	45.984.687	67,8	45.984.687	33,90

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/03/2011						
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Controlador	59.794.138	88,16	17.859.279	26,33	77.653.417	57,25
						0,00
Administradores:						0,00
Conselho de Administração	1.748.113	2,58	80	0,00	1.748.193	1,29
Diretoria	6.279.869	9,26	1.835.046	2,71	8.114.915	5,98
Conselho Fiscal (*)						
Ações em Tesouraria	-	-	1.192.801	1,76	1.192.801	0,88
Outros Acionistas			46.934.914	69,20	46.934.914	34,60
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**
Ações em Circulação	**59**	**0,01**	**45.762.289**	**67,47**	45.762.348	**33,74**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2010						
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Controlador	58.046.264	85,59	17.859.279	26,33	75.905.543	55,96
Administradores:						
Conselho de Administração	240	-	80	-	320	-
Diretoria	9.775.616	14,41	3.007.690	4,43	12.783.306	9,42
Conselho Fiscal (*)	0	0,00	-			
Ações em Tesouraria	0	0,00	1.192.801	1,76	1.192.801	0,88
Outros Acionistas	59	0,00	45.762.270	67,47	45.762.329	33,74
Total	**67.822.120**	**100,00**	**67.822.120**	**100,00**	**135.644.240**	**100,00**
Ações em Circulação	**59**	**0,01**	**45.762.289**	67,47	45.762.348	33,74

3) – CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas do

Banco ABC BRASIL S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo aquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluída na Nota 27 cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6

****

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas do

Banco ABC Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC Brasil S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonsração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações finaneiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta, listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2012.

Anis Chacur Neto

Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso

Diretor Vice-Presidente

José Eduardo Cintra Laloni

Diretor Vice-Presidente

Renato Pasqualin Sobrinho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Sérgio Lulia Jacob

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Ricardo Borejo

Diretor Vice-Presidente

Diretores

Alexandre Yoshiaki Sinzato

Antonio José Nicolini

Carlos Alfredo de Melo

Carlos Eduardo Chamma Lutfalla

Claudio Roberto Frizão Rey

Dieter Klemz

Hugo Botelho Bittencourt

João Carlos Benites Freneda

João Carlos Gonçalves da Silva

João Francisco Martins Filho

José Álvaro Corbet Guimarães

Lilian Gordon

Luiz Antonio de Assumpção Neto

Luiz Augusto Galvão Monteiro

Luiz Carlos Daniel Cadó

Marcelo Yazeji Cardoso

Marcio Calil de Assumpção

Maria Bernadete de Paula Leite Moraes

Paulo Corrêa de Moraes Junior

Paulo Romagnoli

Ricardo Penteado Camargo Ticoulat

Roberto Archanjo Carramaschi

Waldecir dos Santos Junior

Wandir Pereira Reis

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta, listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2012.

Anis Chacur Neto

Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso

Diretor Vice-Presidente

José Eduardo Cintra Laloni

Diretor Vice-Presidente

Renato Pasqualin Sobrinho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Sérgio Lulia Jacob

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Ricardo Borejo

Diretor Vice-Presidente

Diretores

Alexandre Yoshiaki Sinzato

Antonio José Nicolini

Carlos Alfredo de Melo

Carlos Eduardo Chamma Lutfalla

Claudio Roberto Frizão Rey

Dieter Klemz

Hugo Botelho Bittencourt

João Carlos Benites Freneda

João Carlos Gonçalves da Silva

João Francisco Martins Filho

José Álvaro Corbet Guimarães

Lilian Gordon

Luiz Antonio de Assumpção Neto

Luiz Augusto Galvão Monteiro

Luiz Carlos Daniel Cadó

Marcelo Yazeji Cardoso

Marcio Calil de Assumpção

Maria Bernadete de Paula Leite Moraes

Paulo Corrêa de Moraes Junior

Paulo Romagnoli

Ricardo Penteado Camargo Ticoulat

Roberto Archanjo Carramaschi

Waldecir dos Santos Junior

Wandir Pereira Reis

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Envio das demonstrações financeiras consolidadas